

## **Relatório de Estágio Curricular no Instituto da Defesa Nacional**

**Mihaela-Garofita Drule**

**Relatório para obtenção do Grau de Mestre em  
Ciência Política e Relações Internacionais (2º ciclo)**

**Lisboa, dezembro de 2022**

Relatório de Estágio realizado para cumprimento dos requisitos propostos à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização na vertente de Relações Internacionais. O presente estudo foi realizado sob a orientação científica do Professor Doutor António Horta Fernandes e Professor Doutor António Paulo Duarte.

## **Agradecimentos**

Gostaria de iniciar com um gigantesco agradecimento à minha família, especialmente à minha mãe, Corina Drule, ao meu pai, Vasile Drule e aos meus tios Roxana Mota e João Gameiro. Sem a vossa força e sem os valores que me incumbiram desde sempre, não conseguiria alcançar metade dos objetivos a que me propus ao longo de toda a minha vida.

Às minhas amigas de sempre, Yelyzaveta Kiryeva, Mariana Sapateiro, obrigada por, até nos piores dias, conseguirem sempre colocar um sorriso na minha cara.

À equipa do Instituto de Defesa Nacional e aos meus colegas estagiários, Bernardo Gouveia e Diogo Nascimento, um enorme obrigada por terem permitido que o meu percurso durante o período de estágio corresse da forma mais suave e agradável possível.

Por fim, agradeço imenso aos meus orientadores, Professor Doutor António Horta Fernandes e Professor Doutor António Paulo Duarte, que se demonstraram sempre disponíveis para auxiliar e guiar-me da melhor forma possível.

Sem o vosso apoio e dedicação, tanto o estágio como o presente relatório não teriam o mesmo impacto na minha vida e no meu futuro.

## Resumo

O presente relatório explana o produto de um estágio desempenhado pela estagiária no Instituto de Defesa Nacional, entre 08 de setembro e 25 de março, um período de sete meses.

O Instituto da Defesa Nacional apresenta-se como a principal organização no que diz respeito ao pensamento, investigação e debate sobre temas relacionados com a Defesa, Segurança e Estratégia Nacional e à divulgação e expansão de conceitos como a Defesa e Segurança Nacional à população geral.

A opção de realização de um estágio surgiu devido ao desejo por parte da estagiária de aplicar os conceitos e teorias aprendidas no primeiro ano de mestrado numa instituição relevante para o efeito.

O ingresso da estagiária nesta instituição surgiu através da sugestão do orientador de estágio, Professor Doutor António Horta Fernandes, que assumiu desde a primeira instância o Instituto como a melhor opção.

Este relatório resultará como objeto de avaliação da componente não-letiva da conclusão do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

**Palavras-chave:** Defesa Nacional, Defesa Nacional Alargada, Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional, Estratégia Integral, Conceito de Estratégia e Defesa Nacional, Instituto da Defesa Nacional.

## **Abstract**

The present report explores the product of an internship carried out by the intern at the Institute of National Defense, between September 08 and March 25, a period of seven months.

The National Defense Institute presents itself as the main organization regarding the thinking and research of themes related to National Defense and Strategy, and the dissemination of concepts such as Defense and National Security to the general population.

The option to carry out an internship arose due to the intern's desire to apply the concepts and theories learned in the first year of her master's degree in a relevant institution.

The intern's entry into this institution came about through the suggestion of the internship supervisor, Professor António Horta Fernandes, who assumed from the first instance the Institute as the best option.

This report will be a part of the evaluation for the conclusion of the master's degree in Political Science and International Relations, by the Faculty of Social Sciences and Humanities of the NOVA University of Lisbon.

**Keywords:** National Defense, Extended National Defense, National Defense Policy, National Strategy, Total Strategy, National Defense and Strategy, National Defense Institute.

- **Índice**

<b>Introdução</b> .....	<b>8</b>
<b>Capítulo I</b> .....	<b>10</b>
<b>Capítulo II - ‘Instituto da Defesa Nacional – História, Missão e Função’</b> .....	<b>16</b>
Parte I - História do Instituto da Defesa Nacional .....	<b>16</b>
Parte II - Instituto da Defesa Nacional: Organização, Funções, Missão .....	<b>23</b>
<b>Capítulo III – Atividades Desenvolvidas</b> .....	<b>30</b>
Outras Atividades .....	<b>43</b>
Atividades Extras .....	<b>43</b>
<b>Fatores favoráveis e desfavoráveis à realização do estágio</b> .....	<b>45</b>
<b>Reflexão Crítica sobre as atividades realizadas e resultados obtidos</b> .....	<b>47</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>49</b>
<b>Fontes</b> .....	<b>51</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>53</b>

- **Lista de Abreviaturas:**

**CDJ** - Curso de Defesa para Jovens

**CEDN** - Conceito Estratégico de Defesa Nacional

**CISEDE** - Curso Intensivo de Segurança e Defesa

**CISEDE-ACO** - Curso Intensivo de Segurança e Defesa - Açores

**COP26** – *26<sup>th</sup> United Nations Climate Change Conference of the Parties*

**CPLP** - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**DGE** - Direção-Geral da Educação

**GNR** – Guarda Nacional Republicana

**IAEDN** - Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional

**IDN** – Instituto da Defesa Nacional

**JALLC** - *Joint Analysis and Lessons Learned Centre*

**MDN** – Ministério da Defesa Nacional

**MFA** – Movimento das Forças Armadas

**NCI-Academy** - *Communications and Information Academy*

**NRCC26** – 26<sup>a</sup> Curso de Cooperação Regional da NATO

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OTAN / NATO** – Organização do Tratado do Atlântico Norte

**PREC** - Processo Revolucionário em Curso

**PSP**- Polícia de Segurança Pública

**RESDP** - Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz

**SSDAJ**: Seminário de Segurança e Defesa para Associações de Juventude

**STRIKFORNATO** - *Naval Striking and Support Force*

**UE** – União Europeia

## Introdução

O presente relatório de estágio integra um reflexo de todas as atividades desenvolvidas durante o estágio curricular que foi realizado ao longo de sete meses, de 06 de setembro de 2021 a 25 de março de 2022, tendo em mente a área de atividade por excelência do Instituto da Defesa Nacional (IDN), a Defesa e a Segurança [Nacional]. A redação do mesmo destina-se à avaliação para obter o Grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização na área de Relações Internacionais.

O estágio no IDN surge no seguimento de uma parceria entre a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e o Instituto. O envio de candidatura para esta instituição foi recomendado pelo Prof. Doutor António Horta Fernandes, que veio a acompanhar todo este processo, do início (pré-candidatura) ao fim (relatório de estágio). A ambição de estagiar numa instituição relacionada com os temas da Defesa e Segurança surge no seguimento da experiência académica na frequência de licenciatura e mestrado, que despertaram em mim interesse e uma necessidade de aplicação de conceitos e teoria em casos práticos. Por outro lado, surge da pretensão de integrar uma equipa relevante para a área de formação em curso, bem como de uma ambição por um tipo de conhecimento diferente, somente alcançável *in loco*. Não obstante, salienta-se também uma característica dos estágios académicos – para mim, muito importante – a criação de uma rede de contactos que podem apresentar-se como uma mais valia no futuro.

O presente relatório encontra-se estruturado seguindo três grandes linhas de orientação, leia-se, capítulos. No primeiro é realizado um enquadramento teórico dos conceitos considerados mais relevantes para o estudo efetuado.

No segundo capítulo, ‘Instituto da Defesa Nacional – História, Missão e Função’, é abordada a história, missão e atribuições da instituição de acolhimento. Deste modo, é realizada uma reflexão acerca dos momentos mais impactantes da história do IDN, que contribuíram para a sua consagração como a instituição nacional mais importante para o desenvolver do pensamento estratégico, de Segurança e de Defesa Nacional. É feita uma contextualização da importância do Instituto da Defesa Nacional na produção de um pensamento estratégico mais abrangente e próximo à sociedade portuguesa e na definição da Estratégia Nacional portuguesa.

No terceiro capítulo, “Atividades Desenvolvidas” é feita uma apresentação e descrição dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das várias atividades do IDN, destacando, sempre que possível, os contributos desses trabalhos para a formação da estagiária, bem como de que forma estão estes interligados com os conceitos de Segurança e Defesa Nacional.

Na parte final do presente relatório é realizada uma reflexão conclusiva no que concerne à totalidade do estágio efetuado no IDN e os fatores mais e menos favoráveis dentro do período passado pela estagiária na instituição de acolhimento.

## Capítulo I

No capítulo inicial do Relatório é realizado um enquadramento teórico dos conceitos considerados mais relevantes para o estudo, de modo a ser possível uma posterior conectividade entre os mesmos, a missão e intervenção do Instituto da Defesa Nacional na sociedade portuguesa e dentro do que é a Política de Defesa Nacional.

Neste sentido, os conceitos a desenvolver são a Defesa Nacional, a Defesa Nacional Alargada, Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional, Estratégia Integral, Conceito de Estratégia e Defesa Nacional.

Na sua conceção primordial, a Defesa era aplicada exclusivamente a questões de cariz militar, onde a actividade surgia associada à “arte do General” (Garcia, 2014). Segundo António Paulo Duarte (2015), este conceito apenas se alastrou a outros ramos da sociedade à medida que esta evoluiu. Hoje em dia, referimo-nos à Defesa num espectro alargado e multissetorial, que “ integra diversas componentes, uma Defesa sistémica que considera domínios tão diversos como a política, a economia, a cultura e a educação, a ciência e a tecnologia, e claro está, o poderio militar, e que adequadamente integrados e coordenados favorecerão o reforço das potencialidades da Nação e minimizarão as suas vulnerabilidades” (Paulo Duarte, 2015).

Para o propósito deste relatório a Defesa Nacional é definida “como o conjunto de medidas, tanto de carácter militar, como político, económico, social e cultural que, adequadamente integradas e coordenadas e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar as potencialidades da nação e minimizar as suas vulnerabilidades com vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaças que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a Segurança Nacional” (Cardoso, 1981). No que diz respeito à Segurança Nacional, esta é definida como “a condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas” (Cardoso, 1981).

Segundo Nuno Severiano Teixeira (2009), a definição de Política de Defesa Nacional parte de “um conjunto de princípios e objectivos nacionais de longa duração, que materializam a visão do Estado em relação aos grandes desafios que se colocam à segurança e Defesa da comunidade nacional. São, por um lado, princípios históricos e

objectivos permanentes, constitucionalmente consagrados e, por outro, objectivos conjunturais, que devem ser constantemente atualizados de acordo com a evolução do interesse nacional e do ambiente internacional”. Neste quadro, a concepção da Política de Defesa Nacional assume a necessidade de uma avaliação de riscos e ameaças nacionais, visando proporcionar mecanismos de resposta eficientes. Encontrando-se em causa a sobrevivência do Estado e dos seus interesses, a formulação da política de Defesa deve ser objecto de um consenso político de espectro alargado (Teixeira, 2009).

São inúmeras as definições e os critérios de delimitação do conceito de Estratégia. Para fim deste relatório é utilizada a definição baseada em Abel Cabral Couto (1989), onde Estratégia é “a ciência e a arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objectivos, no ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico)”, definição esta baseada na escola francesa, onde o General André Beaufre publicou a sua obra *Introduction à la Stratégie* (1963), com uma nova e diferente teorização, onde a Estratégia não é apresentada como domínio exclusivo dos militares, considerando relevantes as restantes formas de coação e ação (económica, psicológica e política) a par da Estratégia Militar. André Beaufre (1985) define a Estratégia como “*l’art de la dialectique des forces ou encore plus exactement l’art de la dialectique des volantés employant la force pour résoudre leur conflit*”. É com Beaufre que surge a idealização de divisão quanto a formas de coação em três níveis distintos, a Estratégia Total, as diversas Estratégias Gerais e ainda um subnível, onde a cada Estratégia Geral correspondem diversas Estratégias Particulares. Beaufre (1985) identifica também uma categoria distinta, que efetua a ligação entre o planeamento e a efetiva aplicação, a qual foi designada como Estratégia Operacional.

Como refere André Beaufre (2004), as Estratégias Gerais “têm como função dividir, combinar e assegurar a execução das tarefas que são incumbidas pela estratégia integral aos diferentes ramos de actividade do domínio considerado”.

Por sua vez, define-se Estratégia Integral como “designada por estratégia nacional e integra as estratégias política, económica, psicossocial e militar de cada Estado” (Ribeiro, 2010).

Ainda assim, segundo a visão de Liddell Hart (2011), a Grande Estratégia cobre um espectro da Estratégia Integral, devido à dimensão militar continuar incluída e continuar a ser importante (Horta Fernandes, 2015).

Desta forma, a Defesa é vista como uma atividade multissetorial, que significa não apenas a defesa do Estado e da soberania, mas também da Nação enquanto construção multissecular de povo, território e cultura, e dos valores democráticos e constitucionais na qual se funda a ordem política<sup>1</sup>. Em Portugal isto evidencia-se no Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Por sua vez, um Conceito Estratégico é um documento formal do Estado que relaciona todos os meios de que dispõe em função dos objetivos prioritários para a Defesa dos seus valores e interesses (Reis, 2015). O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (doravante CEDN) assume uma Estratégia Nacional, cuja credibilidade é reconhecida e capaz de mobilizar os portugueses. Parte do princípio de que para uma boa concretização dos objetivos de Segurança e Defesa Nacional dependem todas as instâncias do Estado e da influência da sociedade (Teixeira, 2009). A qualidade de uma boa estratégia nacional é crucial para a sobrevivência de um Estado (CEDN, 2013). O CEDN define as linhas fundamentais de ação do Estado português, nos termos da Estratégia Integral, indicando também as principais directivas para as Estratégias Gerais (Horta Fernandes, 2015).

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional, elaborado em 2013, inicia por definir os valores e os interesses principais para a segurança da Nação, bem como as medidas e atividades de Defesa que daí advêm (Paulo Duarte, 2015). Os valores e os interesses nacionais encontram-se delineados na Constituição e na Lei de Defesa Nacional, resultando em “compromissos internacionais do Estado, como a Carta das Nações Unidas, o Tratado do Atlântico Norte e os tratados da UE” (CEDN, 2013).

- Os valores fundamentais presentes no Conceito Estratégico de Defesa Nacional são os seguintes:

“A independência nacional, o primado do interesse nacional, a Defesa dos princípios da democracia portuguesa, bem como dos direitos humanos e do direito internacional, o empenhamento na Defesa da estabilidade e da segurança europeia, atlântica e internacional.”

- (CEDN, 2013).

---

<sup>1</sup> Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. Acessível em: <https://www.dge.mec.pt/noticias/estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania>

- Os interesses de Portugal são os seguintes:

“Afirmar a sua presença no mundo, consolidar a sua inserção numa sólida rede de alianças, defender a afirmação e a credibilidade externa do Estado, valorizar as comunidades portuguesas e contribuir para a promoção da paz e da segurança internacional. Os interesses nacionais que decorrem do estatuto de Portugal como uma democracia europeia e atlântica — com vocação universal mas com recursos limitados — tornam necessária a sua integração numa rede de alianças estável e coerente. A (União Europeia) UE e a (Organização do Tratado do Atlântico Norte) OTAN são, assim, vitais para a segurança e Defesa nacionais, bem como para a modernização e prosperidade de Portugal. Os interesses nacionais exigem uma maior coesão e solidariedade no seio da UE e da OTAN, o reforço da parceria estratégica entre estas duas organizações, bem como entre a Europa e os EUA.”  
- (CEDN, 2013).

- O interesse de Portugal é, igualmente:

“Inseparável do fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em complemento, importa aprofundar ou estabelecer parcerias estratégicas bilaterais, quer com outros membros da comunidade europeia e ocidental, quer no espaço lusófono, quer, ainda, na zona do Magrebe e com as potências emergentes.”  
- (CEDN, 2013).

- A ação estratégica nacional desenvolve-se em três vetores de ação:

“Exercer a soberania nacional, neutralizar ameaças e riscos à Segurança Nacional; ultrapassar os principais constrangimentos e vulnerabilidades nacionais; potenciar os recursos nacionais e explorar as oportunidades existentes.”  
- (CEDN, 2013).

Ao Instituto da Defesa Nacional (doravante IDN) compete promover, desenvolver e formular o pensamento estratégico, impulsionando o debate, a partilha de ideias entre indivíduos com as mais variadas experiências profissionais e académicas (levando a

discussões mais interessantes dados os diferentes pontos de vista), o que inclui não só especialistas nas temáticas, como também indivíduos que demonstrem interesse mesmo não pertencendo a áreas de estudo ou formação relacionadas com a Defesa e Segurança Nacional.

Nas palavras de Abel Cabral Couto: “O IDN seria um local de prestação de informação e de debate de ideias, não de imposição de conceitos, etc. Os únicos conceitos que existiam e estavam subjacentes a todas as discussões eram os de Segurança Nacional e Defesa nacional” (Couto, 2014).

Neste relatório considera-se que o IDN dispõe de 2 dimensões:

- Uma função interna (reflexão acerca da Defesa Nacional, que pode depois ser transformada em documentos entregues ao Ministro da Defesa Nacional (MDN), em áreas de não cariz não-militar);
- Uma função externa, e subsequente à interna, de divulgação sobre as questões de Defesa e Segurança Nacional ao público e à sociedade.

Para além disto, pode-se ainda salientar o Planeamento do Pensamento Estratégico como um fator marcante do IDN (que remonta para a organização e realização de Grupos de Estudo e/ou de Reflexão).

No que concerne os quatro eixos de ação do Instituto formalmente estabelecidos, atualmente podemos delimitar as seguintes áreas essenciais da missão do IDN<sup>2</sup>:

- Investigação;
- Formação;
- Sensibilização e Divulgação;
- Cooperação.

A nível de missão, o IDN caracteriza-se da seguinte forma<sup>3</sup>:

- Assegurar o apoio à formulação e desenvolvimento do pensamento estratégico nacional nos domínios relacionados com a segurança e Defesa;

---

<sup>2</sup> Relatório de Atividades IDN 2019, Acessível em:

[https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN\\_DocumentoLookupList/ra\\_2019.PD](https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/ra_2019.PD)

<sup>3</sup> Relatório de Atividades IDN 2019, Acessível em:

[https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN\\_DocumentoLookupList/ra\\_2019.PD](https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/ra_2019.PD)

- Assegurar a investigação, o estudo e a divulgação das questões de segurança e Defesa;
- Promover e reforçar as relações civis - militares e valorizar os quadros das Forças Armadas, da Administração Pública, dos setores público, privado e cooperativo, através do estudo, divulgação e debate dos grandes temas nacionais e internacionais com incidência no domínio da segurança e Defesa;
- Contribuir para a sensibilização da sociedade para as questões da segurança e Defesa, em especial no que respeita à consciência para os valores fundamentais que lhe são inerentes;
- Fomentar a investigação nos domínios das relações internacionais e da segurança e Defesa; cooperar com organismos congéneres internacionais;

## Capítulo II – ‘‘Instituto da Defesa Nacional – História, Missão e Função’’

O primeiro capítulo do presente Relatório permitiu um enquadramento teórico, crucial para que melhor se consiga compreender a segunda parte do trabalho.

Entrando no segundo capítulo, ‘‘Instituto da Defesa Nacional – História, Missão e Função’’, inicialmente é realizada uma contextualização histórica sobre a Instituição de acolhimento do estágio. Seguidamente, é feita uma reflexão acerca da importância do Instituto da Defesa Nacional na produção de um pensamento estratégico mais abrangente e próximo à sociedade portuguesa e na definição de uma Estratégia Nacional portuguesa. De igual modo, é realizada uma avaliação do papel do IDN dentro do que é o conceito de Política de Defesa Nacional.

- **Parte 1 – História do Instituto da Defesa Nacional**

‘‘ Valorizar a memória é manter vivas as instituições e consolidar os pilares que permitem projetar os caminhos futuros.’’

- (Viana, 2014).

O IDN foi o primeiro verdadeiro ‘‘*think-tank*’’ nacional na área da Defesa e Segurança Nacional e tem mantido uma imaculada reputação com o desenrolar dos anos, através da sua qualidade e consistência e devido ao alargamento das suas atividades a nível nacional e internacional (Couto, Leandro, 2014).

O IDN, com o nome inicial de Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN), foi criado em 1967 pelo Decreto-Lei n.º 48.146 de 23 de dezembro e teve como primeiro Diretor e Fundador, em 1969, o General Câmara Pina (Vieira, 2014). Em 1971, foi redigida a 1ª Diretiva que continha a missão global do Instituto, no qual constavam os seguintes fatores:

‘‘Estudar e difundir, entre os militares dos três ramos das Forças Armadas, os grandes problemas da Defesa e interessar altas entidades civis nos mesmos problemas.’’

- (Lopes Alves, 2014).

O objetivo da criação do Instituto era já nessa altura muito semelhante ao atual:

“ Promover e reforçar as relações civis-militares e valorizar os quadros das Forças Armadas, da Administração Pública, dos setores público, privado e cooperativo, através do estudo, divulgação e debate dos grandes temas nacionais e internacionais com incidência no domínio da segurança e Defesa.”<sup>4</sup>

Segundo Abel Cabral Couto e José Eduardo Garcia Leandro (2014), considera-se que o IDN contou com duas fases e uma interrupção.

A primeira fase, que se desenrolou até 1974 sob alçada do então Diretor Câmara Pina, foi a fase em que o Instituto foi essencialmente estabelecido, na qual o edifício que ainda hoje conhecemos foi construído especificamente para o desenrolar de atividades do IAEDN, na Calçada das Necessidades. Nesta fase, o Instituto destinava-se, sobretudo a altos quadros da função pública e altos quadros militares, com o objetivo de proporcionar uma maior consciência da realidade nacional e favorecer a ligação entre altos responsáveis do Estado.

A interrupção do percurso do então apelidado de IAEDN deu-se como consequência do 25 de Abril, que viu o Instituto convertido no “Centro de Sociologia Militar” no período do PREC e, em abril de 1976 no “Centro de Estudos Militares” (Lopes Alves, 2014), que era um centro de reflexão e de produção de doutrina (Cabral Couto, 2014). A trajetória evolutiva do Instituto foi acidentada e sujeita a várias interrupções durante o exaltado período do pós-25 de Abril, visto que após essa data, o IAEDN era encerrado como tal, daí surgindo a preocupação de que a visão originária do General Câmara Pina se perdesse (Vieira, 2014). As suas instalações eram, entretanto, utilizadas, no período mais ativo do Processo Revolucionário em Curso (PREC), para funcionamento das assembleias do Movimento das Forças Armadas (MFA), (Couto, 2014). Considera-se, portanto, que o Instituto sofreu um período de interrupção e

---

<sup>4</sup> Página Online do Instituto da Defesa Nacional, 2022. Disponível em: [idn.gov.pt/pt/sobre/quemsomos/missao](http://idn.gov.pt/pt/sobre/quemsomos/missao)

paralisação nas suas habituais atividades entre os períodos 25 de Abril de 1974 até 1976 (Vieira, 2014).

Segundo José Medeiros Ferreira (2001), uma das características da condução do processo político português entre os anos de 1974-1976 foi a percepção de que existia em Portugal uma elite intelectual entre militares com elevado conhecimento sobre pensamento estratégico, em consonância com os objetivos nacionais. Foi esta mesma elite que promoveu o intercâmbio entre diversos setores da sociedade portuguesa quando o IDN passou para o que é delineada como a sua segunda fase evolutiva. Desta forma, tornou-se possível combater uma falha na comunicação entre alguns agentes mais dedicados na contribuição para um pensamento estratégico sobre o futuro de Portugal. O IDN auxiliou na difusão e na elaboração de estratégias analíticas de estratégia e Defesa. Foi esta troca de reflexões e ideias que concedeu uma superior consciência entre a sociedade civil e militar da altura (Ferreira, 2001).

O que é considerada como a segunda fase evolutiva do IDN ocorreu a partir de 1976, impulsionada por Ramalho Eanes, através do Decreto-Lei 550-D/76 de 12 de julho, onde se dá a sua refundação, independentemente de várias subfases e alterações legislativas e estruturais, cujas linhas gerais orientadoras se têm mantido sem fortes alterações até aos dias de hoje (Couto, Leandro, 2014).

Segundo o General Ramalho Eanes, inicialmente deveria ser definida qual o tipo de Instituto a “re-criar”:

“O General Ramalho Eanes dera uma orientação de ordem muito geral, no sentido de elaborarem uns estatutos que pudessem contar com o melhor apoio dos institutos dos Ramos [das Forças Armadas] e de estabelecer uma organização flexível e o mais económica possível.”

- (Couto, 2014).

Quando o Instituto “renasceu” existia ainda o Conselho da Revolução, que por sua vez detinha o poderio militar. Assim sendo, o Instituto encontrava-se na subordinação do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA). A reestruturação do novo IDN

foi alvo de alterações até 1979, altura em que assumiu uma missão, baseada em duas alíneas (Vieira, 1980):

- 1) “ A definição de uma doutrina de Defesa Nacional no quadro da política geral estabelecida pelos órgãos de soberania e em conformidade com as diretivas dimanadas do Conselho dos Chefes de Estados-Maiores das Armadas”
- 2) “O esclarecimento recíproco e a valorização dos quadros das Forças Armadas e dos setores públicos e privado, através do estudo e da discussão de grandes problemas nacionais e da conjuntura internacional.”

O novo início do IDN deu-se em fevereiro de 1978 com os estudos “O País que Somos” (Vieira, 1980). Foi ajustada a estrutura orgânica do Instituto, onde foram pela primeira vez admitidos assessores civis e onde se proporcionou o alargamento para áreas como a Educação, Economia, Política Externa (Vieira, 2014). Foi, de igual modo, preenchido o quadro de assessores militares, o que permitiu uma maior abertura do ciclo de estudos e um levantamento das potencialidades e vulnerabilidades do País, agora sob alçada do Vice-Almirante Leonel Cardoso. Uma das grandes preocupações aquando da re-instauração do Instituto na altura era reiniciar as edições do Curso de Defesa Nacional (pelo qual a instituição é até aos dias de hoje nacionalmente reconhecido), para uma melhor afirmação externa e prestígio nacional e internacional (Couto, 2014). Em 1979, dá-se início ao primeiro curso de Defesa Nacional, com a participação de 17 militares e 5 civis (Vieira, 1980).

Não obstante, já em 1976, o IDN iniciou uma intensa atividade, da qual podemos destacar realizações de seminários regulares e os primeiros cursos de Defesa Nacional (Ferreira, 2001). No que diz respeito aos seminários, os mais importantes a destacar são os seguintes (Ferreira, 2001):

- Outubro de 1979 – Seminário sobre o conceito de Defesa Nacional;
- Outubro de 1980 – Seminário sobre energia e a Defesa Nacional;

- Outubro de 1981 – Seminário sobre a Zona Económica e Exclusiva e a Defesa Nacional;
- Novembro de 1981 – Seminário sobre a indústria nacional e a Defesa;
- Dezembro de 1981 – Seminário sobre o ordenamento do território e a Defesa Nacional;
- Outubro de 1982 – Seminário sobre a Educação e a Defesa Nacional.

De igual modo, surgiu a necessidade de concetualizar novos termos: a passagem de um conceito de Estratégia cingido ao militar para um conceito de Estratégia envolvendo todas as dimensões do poder estatal (Couto, 2014). Foram estas as atividades predominantes no primeiro ano e meio de funcionamento, antes de serem estabelecidos novos cursos (Couto, 2014). Após Liddell Hart ter distinguido a terminologia de “Estratégia pura” (referindo-se à militar) da “Grande Estratégia” (à qual hoje denominamos como Estratégia), foi o General Beaufre que concetualizou uma visão global de toda esta questão (Couto, 2014).

Foi integrada a ideia de Defesa Nacional como uma atividade não estritamente relacionada ao ramo militar, mas sim como uma atividade interdepartamental, na qual deveriam ser responsabilizados todos os setores relevantes para a boa prossecução da mesma (Couto, 2014). Inclusive, em 1978, o Almirante Leonel Cardoso apresentou um comunicado acerca destes conceitos na Conferência dos Comandantes dos Colégios de Defesa das Nações da OTAN, em Roma, propondo o conceito alargado de Defesa (Vieira, 2014).

O IDN avançou com conceitos próprios que, após serem sancionados pelo Chefe do EMGFA, passaram a ser parte da doutrina do IDN, ou seja, objeto de análise, debate e modificação, para os futuros Cursos de Defesa Nacional. Seriam também o ponto de partida para um alargado debate nacional (Vieira, 2014).

- A Segurança surge definida como:

“Um estado ou condição da Nação que se traduzia pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o

desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas.”

- (Vieira, 2014).

➤ Por sua vez, a Defesa surge definida como:

“O conjunto de medidas, tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente integradas e coordenadas, e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaças que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a Segurança Nacional.”

- (Vieira, 2014).

No seu depoimento aquando da comemoração dos X anos de aniversário do IDN, o Almirante Leonel Cardoso descreveu os objetivos principais da atividade do Instituto, nos quais para além de servir como elo de ligação entre militares e civis responsáveis pelos assuntos relacionados à Defesa, se pretendia que:

“Da reflexão conjunta sobre assuntos que hoje cobrem áreas político-militar, socioeconómica e ideológica-psicológica que, normalmente, se encontram fora das respetivas esferas de ação profissional – resulte, tanto para os auditores, como para os assessores, um alargamento do seu horizonte intelectual, uma melhoria da sua capacidade de diálogo e o sentimento de que se encontram melhor apetrechados para tomar decisões que lhes venham a competir”

- (Vieira, 2014).

Em 1982 extinguiu-se o Conselho da Revolução, o que levou a uma reestruturação das competências do Governo e, no que concerne ao nosso estudo, do Ministério da Defesa Nacional, o que resultou numa nova dependência do IDN, agora passando a ser parte integrante do MDN, segundo a Lei n.º29/82, Diário da República n.º 25/1982, Série I de 1982-01-30.

No período entre 1989/1993 deu-se a queda do ‘Muro de Berlim’, acabando com a Guerra Fria (a extinção da URSS e conseqüente fim do Pacto de Varsóvia), a Guerra do Golfo, a grande instabilidade da Argélia (Couto, 2001). Nesta altura verificou-se um período de enorme instabilidade estratégica e enorme dinamismo, de alteração da Ordem Internacional vigente até à altura. Foi neste sentido que surgiu a necessidade do desenvolvimento de um esforço de reflexão ainda mais exaustivo, tendo como por base as missões do IDN (Couto, 2001), que serão abordadas com maior incidência no subcapítulo seguinte. Nesta lógica, foram promovidos no IDN diversos seminários, debates e ciclos de conferências, normalmente com a participação de especialistas nacionais e estrangeiros, como é natural no IDN.

Foram aprofundadas as reflexões sobre outras áreas e domínios, para além da habitual preocupação com as relações Leste-Oeste e a Aliança Atlântica [como a bacia do Mediterrâneo, o Norte de África, a cooperação com os PALOP, as operações de paz, a evolução da integração europeia e a segurança e Defesa, tendo em conta a situação de Moçambique e Angola, o alargamento da ação da ONU no contexto internacional de promoção da paz, e a aceleração da integração europeia], (Couto, 2001). Estas alterações no Sistema Internacional levaram a um ajuste nos planos de cursos e de outras actividades, no que concerne à base de conferencistas e os materiais de apoio utilizados (Couto, 2001).

“Qual Phoenix renasceu das próprias cinzas!... Com a plumagem um pouco diferente, é certo, mas com a mesma vitalidade e determinação que a caracterizavam anteriormente”

- (Cardoso, 1987).

- **Parte 2 - Instituto da Defesa Nacional: Organização, Funções, Missão**

No sub-capítulo anterior foi realizada uma breve introdução histórica do IDN e das alterações verificadas desde a sua criação, essencial para que o presente da instituição seja melhor compreendido. Neste capítulo, é abordada a atual estrutura orgânica do Instituto, a missão e funções que o mesmo se propõe a concretizar. É também feita uma analogia acerca destas mesmas características e o papel influenciador do IDN no que é a Política de Defesa Nacional.

O IDN é definido no seu Relatório de Atividades de 2019 (o mais recente disponível no seu website) como “um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e dispõe de autonomia científica e pedagógica”<sup>5</sup>. A sua estrutura orgânica, missão e atribuições encontram-se regulamentadas pelo Decreto Regulamentar nº 7/2015, de 31 de julho.<sup>6</sup>

Em 1987 foi criada a delegação do Porto, que funciona atualmente nas instalações do “Castelo da Foz” (Forte de São João Baptista da Foz).

Em 1996 foi designado o seu primeiro diretor civil, na altura Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa, Doutor Nuno Severiano Teixeira e em 2019, a primeira diretora do género feminino, agora Ministra da Defesa Nacional, outrora Professora Catedrática do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Helena Carreiras, o que demonstra um IDN cada vez mais propenso a integrar elementos civis no seu corpo orgânico, cada vez menos militarizado e com uma maior abertura à população civil ou não-militar e à igualdade de género.

No que diz respeito à estrutura orgânica do IDN, a sua última alteração teve lugar através da publicação do Decreto Regulamentar nº 7/2015, de 31 de julho.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Relatório de Atividades do IDN, 2019. Acessível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN\\_DocumentoLookupList/ra\\_2019.PDF](https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/ra_2019.PDF)

<sup>6</sup> Relatório de Atividades do IDN, 2019. Acessível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN\\_DocumentoLookupList/ra\\_2019.PDF](https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/ra_2019.PDF)

<sup>7</sup> Decreto Regulamentar nº 7/2015, de 31 de julho. Acessível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-regulamentar/7-2015-69920319>

No que concerne à estrutura orgânica do IDN, verifica-se atualmente a seguinte distribuição:



\*Equipa multidisciplinar

Imagem 1: Estrutura orgânica do Instituto da Defesa Nacional

Segundo o Relatório de Atividades do IDN do ano 2019, os quatro eixos marcantes da ação do Instituto em 2019 centraram-se nas áreas nucleares da missão do IDN: Investigação; Formação; Sensibilização e Divulgação; Cooperação.<sup>8</sup>

A visão estratégica definida em 2019 para o IDN é a seguinte:

“Constituir-se como o principal centro português de pensamento estratégico sobre as questões da segurança e Defesa nacional, através das suas atividades de investigação, formação, debate e divulgação; contribuir para o desenvolvimento de uma consciência nacional de segurança e Defesa, assumindo-se como plataforma de

<sup>8</sup> Relatório de Atividades do IDN, 2019. Acessível em.  
[https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN\\_DocumentoLookupList/ra\\_2019.PDF](https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/ra_2019.PDF)

encontro entre as instituições de segurança e Defesa nacional e a sociedade.”<sup>9</sup>

Como mencionado por Abel Cabral Couto, “O IDN seria um local de prestação de informação e de debate de ideias, não de imposição de conceitos, etc. Os únicos conceitos que existiam e estavam subjacentes a todas as discussões eram os de Segurança Nacional e Defesa Nacional” (Couto, 2014).

A missão do IDN, conforme explícita no Relatório de Atividades é a de,

“Apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação das questões de segurança e Defesa.” O IDN faz cumprir a sua Missão através dos seus valores: fomentar o rigor e a transparência, cultivar uma ética de cidadania e serviço público, promover o diálogo no seio da sociedade e garantir a diversidade de pensamento e a liberdade de investigação científica.<sup>10</sup>

No que diz respeito às atribuições do IDN, podem-se destacar as seguintes:<sup>11</sup>

- Assegurar o apoio à formulação e desenvolvimento do pensamento estratégico nacional nos domínios relacionados com a segurança e Defesa;
- Assegurar a investigação, o estudo e a divulgação das questões de segurança e Defesa;
- Promover e reforçar as relações civis - militares e valorizar os quadros das Forças Armadas, da Administração Pública, dos setores público, privado e cooperativo,

---

<sup>9</sup> Relatório de Atividades do IDN, 2019. Acessível em.  
[https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN\\_DocumentoLookupList/ra\\_2019.PDF](https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/ra_2019.PDF)

<sup>10</sup> Relatório de Atividades do IDN, 2019. Acessível em.  
[https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN\\_DocumentoLookupList/ra\\_2019.PDF](https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/ra_2019.PDF)

<sup>11</sup> Relatório de Atividades do IDN, 2019. Acessível em.  
[https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN\\_DocumentoLookupList/ra\\_2019.PDF](https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/ra_2019.PDF)

através do estudo, divulgação e debate dos grandes temas nacionais e internacionais com incidência no domínio da segurança e Defesa;

- Contribuir para a sensibilização da sociedade para as questões da segurança e Defesa, em especial no que respeita à consciência para os valores fundamentais que lhe são inerentes;
- Fomentar a investigação nos domínios das relações internacionais e da segurança e Defesa;
- Cooperar com organismos congéneres internacionais.

Para atingir as atribuições acima referidas, o IDN desenvolve variadas atividades, nomeadamente através a realização de investigação e de estudos nos domínios relacionados com a Segurança e Defesa (estudos e projetos de investigação aplicado nos domínios da Defesa e Segurança para apoio à tomada de decisão do Ministro da Defesa Nacional, bem como relatórios dos projetos, ‘*working papers*’ e ‘*strategic papers*’).<sup>12</sup>

De igual modo, também a reflexão e debate nas áreas de segurança e Defesa permitem atingir as atribuições acima referidas. O debate e divulgação dos resultados dos projetos de investigação e dos temas da atualidade, tanto interna ou nacional, como externa ou internacional, permitem uma aproximação entre o público em geral e a os especialistas nos assuntos de política interna e externa<sup>13</sup>. Outro serviço que permite ao IDN atingir os seus objetivos é através da cooperação com organismos nacionais e internacionais nas áreas da formação e da investigação, fortalecendo laços de cooperação bilateral com institutos congéneres, centros de investigação de outros países, *think-thanks*, participação em reuniões de organizações internacionais.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Relatório de Atividades do IDN, 2019. Acessível em.  
[https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN\\_DocumentoLookupList/ra\\_2019.PDF](https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/ra_2019.PDF)

<sup>13</sup> Relatório de Atividades do IDN, 2019. Acessível em.  
[https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN\\_DocumentoLookupList/ra\\_2019.PDF](https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/ra_2019.PDF)

<sup>14</sup> Relatório de Atividades do IDN, 2019. Acessível em.  
[https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN\\_DocumentoLookupList/ra\\_2019.PDF](https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/ra_2019.PDF)

Por outro lado, o Instituto apoia e dá resposta a solicitações do MDN no que concerne aos processos de decisão, através da elaboração de estudos, ‘*working papers*’, e ‘*strategic papers*’.<sup>15</sup>

O IDN realiza frequentes formações nas áreas de segurança e Defesa, destinadas a público-alvos diferenciados, o que também permite um maior alcance dos seus objetivos.<sup>16</sup>

O Instituto contribui, de igual modo, para a sensibilização da sociedade, através de ações destinadas ao desenvolvimento de uma consciência pública sobre matérias de segurança e Defesa. Tal o faz através de formações no plano da educação para a cidadania (como por exemplo o Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, RESDP).<sup>17</sup>

Para além das atividades supramencionadas, é essencial referir que o IDN atinge os objetivos a que se propõe, em grande parte, devido às suas reconhecidas publicações. As publicações realizadas pelo instituto inserem-se em coleções de revistas, sendo que as mais relevantes são as seguintes:

- **Nação e Defesa**

Com a sua primeira edição em abril de 1976, a revista tornou-se um marco na história do Instituto, sendo a mais conhecida e uma das mais prestigiadas revistas nacionais no âmbito da Segurança, Defesa, Relações Internacionais, Estudos Estratégicos, Ciência Política.<sup>18</sup> Para que seja dada uma ideia da quantidade, da qualidade e da diversidade das personalidades civis e militares que colaboraram com o Instituto, basta consultar as listas publicadas pela revista Nação e Defesa do mesmo (Ferreira, 2001).

---

<sup>15</sup> Relatório de Atividades do IDN, 2019. Acessível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN\\_DocumentoLookupList/ra\\_2019.PDF](https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/ra_2019.PDF)

<sup>16</sup> Relatório de Atividades do IDN, 2019. Acessível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN\\_DocumentoLookupList/ra\\_2019.PDF](https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/ra_2019.PDF)

<sup>17</sup> Relatório de Atividades do IDN, 2019. Acessível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN\\_DocumentoLookupList/ra\\_2019.PDF](https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/ra_2019.PDF)

<sup>18</sup> Página Online do IDN. Acessível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao>

- **Atena**

Com a primeira publicação em 1998, conta hoje com mais de 40 livros publicados. A presente coleção publica o resultado da investigação desenvolvida no IDN, para além de teses de doutoramento e monografias no âmbito da Segurança e Defesa Nacional e Internacional.<sup>19</sup>

- **IDN Cadernos**

O IDN Cadernos resulta numa compilação de trabalhos de investigação promovidos no Instituto, de modo a enriquecer o debate sobre questões nacionais e internacionais. Esclarece-se que as perspetivas dadas são da responsabilidade dos autores, não refletindo uma posição institucional do Instituto de Defesa Nacional sobre as mesmas.<sup>20</sup>

- **IDN Brief**

Nesta coleção são publicados artigos de opinião sobre temas de segurança e Defesa atuais. São, por norma, redigidos pelos investigadores do IDN, a convite da Diretora ou por iniciativa própria.<sup>21</sup>

Para além das publicações do Instituto, que em muito auxiliam na produção e divulgação de assuntos referentes às áreas da Defesa e da Segurança, é ainda de salientar a importância da Biblioteca do IDN. Constituída em 1969, é uma biblioteca de referência nas áreas de Segurança, Defesa, Estratégia, Relações Internacionais, Geopolítica, Política Externa e Ciência Política, prestando apoio às atividades de formação e investigação do Instituto, aos auditores de todos os cursos oferecidos no IDN e a toda a comunidade que faz investigação nas áreas em referência.<sup>22</sup>

Para finalizar a contextualização realizada neste segundo capítulo, a estagiária compreende o IDN como um centro de troca de ideias, debate, reflexão e divulgação. Ao longo dos anos o Instituto tem-se distinguido dos demais, pela sua qualidade, preserverância e consistência.

Tendo em conta as alterações ocorridas em termos de conjunturas internas (como o 25 de Abril, por exemplo) e externas que foram mencionadas neste capítulo, verifica-se que o

---

<sup>19</sup> Página Online do IDN. Acessível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/atena>

<sup>20</sup> Página Online do IDN. Acessível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idncadernos>

<sup>21</sup> Página Online do IDN. Acessível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief>

<sup>22</sup> Página Online do IDN. Acessível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/biblioteca>

IDN auxiliou no processo de adaptação da Política Interna e Externa portuguesa, propulsionando também a viragem e a aproximação para uma opção europeia a partir da década de 1970 (Ferreira, 2001). O IDN desempenhou um papel fulcral no que diz respeito ao treino e formação de uma elite militar (e civil) dirigida para a criação e desenvolvimento de um pensamento estratégico, tendo em visão os objetivos nacionais.

Para além destes fatores, deve-se ainda destacar a aproximação que o IDN permitiu entre o setor militar e a sociedade civil, aproximação esta que se deveu às próprias iniciativas científicas da instituição (Ferreira, 2001). Assim, o IDN transformou-se num “espaço privilegiado e aberto de comunicação e de reflexão intelectual no domínio da Defesa e da segurança”(Ferreira, 2001).

Portugal, como todas as nações, necessita de uma visão estratégica, e o IDN muito tem contribuído, ao longo das últimas décadas, enquanto “*point of contact*” entre as instituições da Defesa Nacional e outras instituições mais dinâmicas da sociedade, de modo a desenvolver a construção de um Pensamento Estratégico Nacional. Deste modo, considera-se que o Instituto da Defesa Nacional, desde a sua criação, contribuiu como plataforma de reconhecimento e encontro entre as instituições não-vinculadas na sua essência à temática de Defesa e Segurança Nacional e instituições já enraizadas nestes ramos.

Hoje em dia, afirma-se que o IDN tem um papel influenciador nas tomadas de decisões do MDN e nos indivíduos ou grupos com poder de tomada de decisões políticas, quer seja através das suas publicações, como através dos cursos, workshops, palestras e debates que proporciona. Também se verifica que o IDN é um propulsor da divulgação dos assuntos relacionados à segurança e Defesa, e fá-lo excepcionalmente. No seguinte capítulo serão abordadas algumas atividades, sobre as quais a estagiária teve oportunidade de se debruçar e auxiliar, nas quais é visível o esforço e dedicação por parte desta Instituição da vontade de querer saber e querer ensinar, expandindo os seus horizontes a cada dia que passa, atualizando-se e moldando-se conforme as alterações das situações nacionais e internacionais.

### **Capítulo III – Atividades Desenvolvidas**

No terceiro capítulo é feita uma apresentação e descrição dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das várias atividades do IDN, destacando, sempre que possível, os contributos desses trabalhos para a formação da estagiária, bem como de que forma estão estes interligados com os conceitos de Segurança e Defesa. O estágio foi desenvolvido ao longo de um período de sete meses, tendo iniciado a 06 de setembro de 2021 e findado a 25 de março de 2022. O percurso da estagiária no IDN foi fruto de mais de 800h de trabalho, impossíveis de comprimir num relatório, pelo que serão abordados os temas, projetos e principais aspetos do que foram estes meses de trabalho.

Numa primeira instância, o coordenador de estágio, Prof. António Paulo Duarte, delimitou as linhas de ação da estagiária dentro da instituição de acolhimento. Foram de seguida apresentadas as instalações do instituto, bem como todos (ou maior parte) dos elementos integrantes da equipa do IDN. Considera-se esta primeira interação importante para um bom desenvolvimento de ligações no Instituto.

Houve, numa segunda oportunidade, uma delimitação dos objetivos do estágio, com a realização de um cronograma com todas as atividades a realizar, no decorrer de todos os meses referentes ao estágio. Apesar de ser um gráfico relativamente extenso tendo em conta o curto espaço de tempo, verificou-se que felizmente foi possível realizar mais atividades para além das inicialmente propostas. A planificação inicial do estágio moldou-se seguindo o cronograma presente em anexo (Anexo 1).

No dia 09 de setembro, a estagiária elaborou, sob proposta da antiga diretora do IDN, agora Ministra da Defesa Nacional, Professora Doutora Helena Carreiras, um folheto elucidativo sobre o IDN, a sua missão, visão e cursos. Este folheto insere-se na ação de divulgação das atividades do Instituto, que permite aumentar a capacidade de captar a atenção do público alvo.

- **II Seminário de Segurança e Defesa para Associações de Juventude (SSDAJ)**

Na primeira semana de estágio iniciou-se a primeira atividade estipulada no cronograma de estágio, de apoio ao “II Seminário de Segurança e Defesa para Associações de Juventude” (doravante SSDAJ), sob coordenação do Coronel Borges da Fonseca. Este seminário tem por finalidade a sensibilização, valorização e o esclarecimento de elementos das associações de juventude e dos partidos com representação parlamentar, através da promoção da reflexão e do debate sobre os grandes problemas nacionais e internacionais com incidência no domínio da segurança e da Defesa.<sup>23</sup> A estagiária foi encarregue das funções de divulgação do Seminário e de assistência ao curso.

No dia 16 de setembro de 2021, a estagiária realizou uma visita de estudo à Base Aérea Nº6 do Montijo, dentro do âmbito do SSDAJ. Este curso foi avaliado como vantajoso para o fomento da divulgação do conhecimento através do IDN, contando com conferencistas qualificados e reconhecidos. Esta última situação verificar-se-á em todos os cursos, seminários e *workshops* com os quais a estagiária teve a oportunidade de contactar, sendo este um elo de distinção do IDN de outras instituições de carácter normativo semelhante e uma mais-valia tanto para os auditores, como para o instituto em si, pois permite a continuação e aumento do prestígio associado à organização.

- **Referencial da Educação para a Segurança, Defesa e Paz (RESDP)**

Na segunda semana de estágio, sensivelmente a 11 de setembro de 2021, a estagiária apoiou a investigação relativa ao Referencial da Educação para a Segurança, Defesa e Paz (doravante RESDP), sob coordenação do Prof. Doutor António Paulo Duarte. Foi realizada uma base de dados relacionada com as informações dadas pelas variadas escolas no que diz respeito ao inquérito realizado no que concerne à aplicação do Referencial. Ao mesmo tempo, foi efetuada uma recolha de notícias relativas à disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

O Referencial foi redigido por uma equipa integrada por elementos constituintes do IDN e da Direção-Geral da Educação (DGE), e finalizado em 2014, como orientação

---

<sup>23</sup> Seminário de Segurança e Defesa para Associações de Juventude, Página online do IDN. Consultável em: <https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Paginas/II-Seminario-de-Seguranca-e-Defesa-para-Associacoes-de-Juventude.aspx>

da implementação da Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz na educação tanto pré-escolar como nos ensinos básico e secundário.<sup>24</sup> Foi aprovado de modo a que nos ensinos pré-escolares, básicos e secundários fosse visto como o documento orientador para a implementação da Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, no âmbito da Educação para a Cidadania, tendo conta a sensibilização das camadas mais jovens para as questões conectadas com a segurança e Defesa nacional, ao mesmo tempo que se destina a promover a sua melhor perceção na sociedade portuguesa.<sup>25</sup>

No 3º Ciclo do Ensino Básico, o RESDP disserta temas como o CEDN, (no quadro constitucional de Portugal), com os seguintes pontos a abordar:<sup>26</sup>

1. Conhecer os princípios do Estado democrático que constam na Constituição da República Portuguesa.
2. Identificar formas de participação na vida democrática.
3. Consciencializar-se da importância da responsabilidade dos cidadãos no Estado democrático.
4. Conhecer os princípios fundamentais do “Conceito Estratégico de Defesa Nacional”.
5. Relacionar o “Conceito Estratégico de Defesa Nacional” com a Defesa e a segurança globais.
6. Interiorizar o sentimento de pertença a vários níveis: família, escola, grupo, comunidade local e regional, país e comunidade internacional.

No Ensino Secundário, o CEDN é abordado, dentro do tema A, “A Segurança, Defesa e Paz”, seguindo os seguintes pontos orientadores:<sup>27</sup>

1. Enunciar os princípios da Constituição da República Portuguesa que garantem o direito do Estado democrático.

---

<sup>24</sup> Referencial De Educação Para A Segurança, A Defesa E A Paz. Acessível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/formacao/educacao/recursos/Documents/Referencial\\_Apoio.pdf](https://www.idn.gov.pt/pt/formacao/educacao/recursos/Documents/Referencial_Apoio.pdf)

<sup>25</sup> Implementação do RESDP no Distrito de Leiria, Página Web do IDN. Consultável em: <https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Paginas/Implementacao-do-RESDP-em-Leiria.aspx>

<sup>26</sup> Referencial De Educação Para A Segurança, A Defesa E A Paz, 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO. Acessível em: [idn.gov.pt/pt/formacao/educacao/recursos/Documents/Referencial\\_Apoio.pdf](https://www.idn.gov.pt/pt/formacao/educacao/recursos/Documents/Referencial_Apoio.pdf)

<sup>27</sup> Referencial De Educação Para A Segurança, A Defesa E A Paz, Ensino Secundário. Acessível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/formacao/educacao/recursos/Documents/Referencial\\_Apoio.pdf](https://www.idn.gov.pt/pt/formacao/educacao/recursos/Documents/Referencial_Apoio.pdf)

2. Compreender o conceito de contrato social assumido entre os cidadãos e o Estado.
3. Consciencializar-se da importância da responsabilidade e da participação dos cidadãos na vida democrática.
4. Integrar o “Conceito Estratégico de Defesa Nacional” no quadro político-constitucional.
5. Compreender o “Conceito Estratégico de Defesa Nacional” na sua interação com a segurança internacional.
6. Aprofundar o sentimento de pertença à comunidade nacional e à comunidade internacional.

Tal como indica o próprio documento, a intenção é de serem evidenciados os contributos específicos dos órgãos e estrutura de Defesa na afirmação e preservação de direitos e liberdades civis. De igual modo, são abordados a natureza e objetivos das suas metas e objetivos, em tempos de paz. Para além disso, destaca-se a Defesa da identidade nacional e os marcos históricos de Portugal.

“O documento estabelece o que foi considerado como essencial para as crianças e jovens se constituírem como cidadãos ativos na sociedade atual, no que diz respeito à segurança, Defesa e paz, encontrando-se os descritores de desempenho definidos com diferenciado detalhe e aprofundamento das matérias para cada um dos níveis de ensino.”<sup>28</sup>

A Política de Defesa Nacional é definida nos seguintes moldes no Art. 4º da Lei de Defesa Nacional:

“1 — A política de Defesa nacional integra os princípios, objetivos, orientações e prioridades definidos na Constituição, na presente lei, no programa do Governo e no Conceito Estratégico de Defesa Nacional.”

---

<sup>28</sup> Referencial De Educação Para A Segurança, A Defesa E A Paz. Acessível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/formacao/educacao/recursos/Documents/Referencial\\_Apoio.pdf](https://www.idn.gov.pt/pt/formacao/educacao/recursos/Documents/Referencial_Apoio.pdf)

2 — Para além da sua componente militar, a política de defesa nacional compreende as políticas setoriais do Estado cujo contributo é necessário para a realização do interesse estratégico de Portugal e cumprimento dos objetivos da defesa nacional.”<sup>29</sup>

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional encontra-se definido na Lei de Defesa Nacional, no Art. 7.º, da seguinte forma:

“ 1 - O conceito estratégico de Defesa nacional define as prioridades do Estado em matéria de Defesa, de acordo com o interesse nacional, e é parte integrante da política de Defesa nacional.

2 - O Conceito Estratégico de Defesa Nacional é aprovado por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta conjunta do Primeiro-Ministro e do Ministro da Defesa Nacional, ouvido o Conselho Superior de Defesa Nacional e o Conselho de Chefes de Estado-Maior.”<sup>30</sup>

É através do desenvolver do potencial dos recursos humanos que se fortalece a promoção de uma cultura de Defesa que se inicia a concretização da já mencioanda estratégia nacional (CEDN, 2013). Neste caso, podemos evidenciar a forma como o Instituto se encontra atualmente a implementar o CEDN e as prioridades do estado em termos de Defesa, dando uso a novas e variadas formas de expandir e difundir uma verdadeira consciência acerca da Política de Defesa Nacional, sobretudo nas camadas mais jovens, objetivo este que se encontra expresso no Conceito Estratégico (2013):

“ 2.6. Envolver a sociedade nos assuntos da segurança e Defesa nacional: Assumir a Aegurança e Defesa Nacional como responsabilidade essencial do Estado, mas também da sociedade e dos cidadãos. Neste domínio constituem linhas de ação estratégica:

---

<sup>29</sup> Assembleia da República, 2021. Lei de Defesa Nacional (Lei Orgânica n.º 3/2021, de 9 de agosto), Lisboa: Diário da República, Altera da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica nº. 1-B, de 7 de julho .

<sup>30</sup> Assembleia da República, 2021. Lei de Defesa Nacional (Lei Orgânica n.º 3/2021, de 9 de agosto), Lisboa: Diário da República, Altera da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica nº. 1-B, de 7 de julho .

Melhorar a comunicação estratégica das Forças Armadas para permitir a compreensão por parte da sociedade, dos interesses estratégicos nacionais e das ameaças e oportunidades que se lhes colocam; **Promover junto dos cidadãos o conhecimento e a utilidade da organização militar e dos restantes instrumentos ao dispor da estratégia de segurança e Defesa nacional.**”

- (CEDN, 2013).

Tendo em conta que o CEDN apenas se torna nacional a partir do momento em que “Portugal e os Portugueses o assumam como seu”(CEDN, 2013), é importante referir o esforço de implementação, nas áreas em que lhe compete, que o IDN tem neste sentido realizado.

Por fim, no que diz respeito ao trabalho desenvolvido pela estagiária no apoio ao RESDP, é de remarcar que os trabalhos que foram realizados no seu âmbito foram realizados ao longo de todo o mês de setembro e outubro, paralelamente com outras atividades em curso.

- **XXI Curso de Defesa para Jovens (CDJ)**

Nos dias 22, 23 e 24 de setembro a estagiária teve a oportunidade de ser integrada em quatro visitas de estudo no âmbito do Curso de Defesa para Jovens: à Base Aérea N°5 de Monte Real, GNR, PSP e à Base Naval de Lisboa (Marinha), respetivamente. Acompanhou os auditores e coadjuvou o coordenador do curso, Capitão-de-mar-e-guerra Picoito em tarefas logísticas e administrativas. Os objetivos deste curso são proporcionar à camada mais jovem da população conhecimentos acerca das principais questões relacionadas com questões de Defesa e Segurança, ao mesmo tempo que cultiva uma cultura de segurança e Defesa numa visão estratégica.<sup>31</sup>

Estas visitas mostram-se vantajosas pois permitiram ter uma abordagem mais *in loco* daquilo que são as forças militares e de segurança portuguesas, tendo existido a

---

<sup>31</sup> Curso de Defesa para Jovens, Página Online do IDN. Acessível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/formacao/catalogo/ccd/cursoDJ>

oportunidade de partilhar visões com elementos integrantes de cada um dos ramos, à exceção do Exército.

- **Visita a Portugal do Curso de Cooperação da NATO (NRCC26)**

No final do mês de setembro começou a ser preparada a 26ª Visita a Portugal do Curso de Cooperação da NATO (NRCC26), com reuniões e ensaios ao longo de toda a segunda metade do mês de setembro. Este projeto teve a duração de 3 dias seguidos, sob coordenação do Coronel Barbas. A delegação, chefiada pelo Dr. Stephen Mariano (USA), *Dean* do NATO *Defense College* (NDC), era composta por 32 auditores em representação de 20 países, acompanhados por nove elementos do staff do (NDC), e duas tradutoras.<sup>32</sup> A atividade inseriu-se no âmbito da **missão de cooperação internacional** que o IDN promove, no que diz respeito à organização de visitas de institutos estrangeiros. Esta faceta de missão de cooperação e expansão da mesma também se encontra compreendida no CEDN (2013), novamente demonstrando o amplo espectro de atuação do IDN, dentro do que é a Política de Defesa Nacional e o CEDN:

“A diplomacia e a política externa são essenciais para a prossecução dos objetivos da estratégia nacional nas relações internacionais. As linhas de ação prioritárias para defender a posição internacional de Portugal incluem [entre outros]: Reafirmar a importância estratégica da inserção de Portugal na OTAN, bem como da aliança bilateral com os EUA; reforçar a presença de portugueses nas instituições internacionais”

- (CEDN, 2013).

No primeiro dia, dentro de uma vertente inserida num âmbito de Relações Públicas, a estagiária acompanhou os auditores do Aeroporto ao Hotel, local onde, ao chegar, foram realizados testes COVID-19 a cada um deles. Seguidamente, a comitiva foi acompanhada, escoltados por batedores, para a *Air Force Mess* no Monsanto, onde se deu o jantar de gala inaugural, com a então diretora do IDN, Ministra da Defesa Nacional, Prof. Doutora Helena Carreiras, todos os elementos do Ministério da Defesa Nacional e

---

<sup>32</sup> Página Online do IDN, Visita a Portugal do 26º Curso de Cooperação Regional da NATO. Acessível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Paginas/Visita-a-Portugal-do-26-Curso-de-Cooperacao-Regional-da-NATO.aspx>

do IDN incluídos neste projeto, e, claro, todos os auditores da Visita NRCC26. Neste jantar, a estagiária teve o privilégio fazer a alocação, introduzindo os intervenientes e acolhendo todos os presentes. Após o jantar, a estagiária auxiliou no acompanhamento dos convidados de volta para o Hotel.

No dia seguinte, todos os auditores da NRCC26 foram acompanhados ao IDN, onde ocorreram várias conferências durante o período da manhã. O programa oficial compreendeu um conjunto de conferências e um almoço oferecido pelo instituto. Seguidamente procedeu-se a uma visita à *NATO Communications and Information Academy (NCI-Academy)* e *STRIKFORNATO*, em Oeiras, com a participação e intervenções de representantes da *STRIKFORNATO*, *Joint Analysis and Lessons Learned Centre (JALLC)* e *NCI-Academy*, onde a estagiária teve o prazer de fazer a alocação e apresentação ao longo das conferências efetuadas. Após o final das conferências e da visita às instalações, a estagiária acompanhou os convidados no seu regresso ao hotel.

A visita do Curso de Cooperação da *NATO* revelou-se como sendo bastante proveitosa na visão da estagiária, proporcionando espaços de contato com integrantes de organizações centrais dentro do âmbito das Relações Internacionais, da Defesa e da Segurança.

Não obstante, considera-se necessário congratular o IDN por todo o planeamento que uma visita deste cariz exige, bem como pela perfeita execução daquele que foi um plano delineado ao pormenor nas diversas reuniões e diretivas.

- **Teambuilding**

No dia 01 de outubro de 2021 a estagiária teve a oportunidade de fazer parte do dia de “*Teambuilding*” do IDN. Apesar de não conter nenhuma correlação direta no âmbito da Defesa, foi uma atividade que conetou e fomentou, de certa forma, uma boa relação entre os elementos integrantes do Instituto.

Aplauda-se esta iniciativa, por todo o empenhamento claramente visível na atividade por parte dos organizadores. Saúda-se também o facto de terem integrado os estagiários neste projeto. Atividades como esta demonstram o bom ambiente que se sente no IDN, algo que contribui para a proximidade do quadro orgânico e para a qualidade dos estudos e trabalhos que nesta organização se desenvolvem.

- **Relatório sobre a COP26 e o “EU Climate Change and Defence Roadmap”**

No início do mês de outubro, a estagiária foi enquadrada num projeto de investigação denominado “As Alterações Climáticas”, coordenado pelo Coronel Coutinho Rodrigues. Foi realizado um acompanhamento da *COP26 (online)*, em Glasgow, e foi analisado o *European Defence Roadmap*. No final das análises, foi realizado um relatório com as conclusões finais, que pode ser consultado em anexo (Anexo 2).

Sabe-se que as alterações climáticas são um fator acelerador de conflitos. Tendo em conta as consequências que cada vez mais se farão sentir no que diz respeito às alterações climáticas a um nível geral e mundial, o relatório gerado mostrou-se proveitoso pois apresenta sugestões de implementação de alterações (que certamente terão de suceder) tanto nas Forças Armadas como na sociedade em geral, de modo a ser possível colmatar estas modificações e minimizar o fator de aceleração de conflitos que irão surgir. Desta forma, consegue-se verificar como o IDN se insere naquilo que é a Política de Defesa Nacional, através da elaboração de estudos e relatórios no que diz respeito a temas da atualidade.

“A competição por recursos naturais escassos, designadamente a água e os recursos energéticos, tem um elevado potencial desestabilizador, podendo levar a situações de violência e conflito armado. As catástrofes naturais da década passada aumentaram a consciência de que os Estados podem ser confrontados com a destruição súbita e massiva de riqueza e com a ocorrência de desastres humanos de grande escala, exigindo a solidariedade da comunidade internacional” – (CEDN, 2013).

- **VI Seminário IDN Jovem - Porto**

O VI seminário IDN Jovem ocorreu no Porto, na Faculdade de Letras da

Universidade do Porto. Este Seminário é uma organização com parceria entre o Instituto da Defesa Nacional e as Universidades de todo o país e os Núcleos de Estudantes de Ciência Política e Relações Internacionais dos Estabelecimentos de Ensino Superior Portugueses.<sup>33</sup> Considera-se que a preservação dos valores da segurança e Defesa se encontram interligados não só com a liberdade, como também com o bem-estar coletivo e individual. Portanto, cabe a instituições com cariz como a do IDN fomentar um despertar de interesses por parte dos jovens, que serão, no futuro, quem irão garantir a preservação dos acima mencionados valores.

Este conhecido seminário propõe a que os estudantes (de ensino superior) participem através de um sistema de *Call for Papers*, dando-lhes a possibilidade de apresentarem os seus trabalhos em público e, caso sejam aceites, serem publicados numa edição do “IDN Cadernos”.<sup>34</sup>

Este seminário começou a ser planeado e organizado pela estagiária em finais de setembro, sendo que numa fase inicial deu-se o contacto com várias universidades e instituições relevantes de todo o país, de modo a que a iniciativa fosse divulgada ao maior número de estudantes interessados possível. Ao longo do mês de novembro foram recebidos vários *Papers* de candidatos individuais e de grupos. No que concerne ao Seminário IDN Jovem, a estagiária desempenhou as seguintes funções:

- Folheto elucidativo à atividade para posterior envio para as Universidades (Anexo 3);
- Constante contacto com Universidades nacionais e Núcleos de Estudantes, de modo a permitir que o ‘*call for papers*’ fosse divulgado;
- Receção e encaminhamento para a devida divisão dos *papers* recebidos, de modo a que fossem avaliados. É de notar que no Seminário foram apresentados *papers* elaborados por estudantes de faculdades e institutos das regiões de Braga, Porto, Lisboa e Évora, que seguidamente foram objetivos de estudo para possível publicação no IDN Cadernos.

---

<sup>33</sup> Seminário IDN Jovem. Página Online do IDN. Acessível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/formacao/catalogo/sij>

<sup>34</sup> Seminário IDN Jovem. Página Online do IDN. Acessível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/formacao/catalogo/sij>

- Agrupamento de informações sobre os estudantes cujos *papers* foram aceites, para que fosse possível implementar num livro posteriormente realizado com uma sucinta biografia acerca dos auditores, juntamente com os seus *papers*, a entregar aquando da realização do Seminário;

- Realização de gráficos com informações pessoais dos auditores, de modo a que pudessem ser elaborados de planos de transporte, de alojamento, refeição e *badges* para cada um dos auditores;

- Encaminhamento e acompanhamento dos auditores nas diversas atividades (tickets de refeição, deslocações ao local da estadia);

- Ida para o Porto de modo a proceder à montagem de equipamentos, assegurar o bom funcionamento do auditório e auxílio em qualquer situação solicitada pelo coordenador, Coronel Costa Campos;

- Entrega dos livros acima mencionados aos participantes aquando da realização do Seminário;

- Realização e distribuição dos diplomas referentes à participação dos auditores no Seminário;

Com a realização deste seminário pode-se demarcar uma correlação com o RESDP, na medida em que ambas as iniciativas têm por base abranger e sensibilizar a camada mais jovem da população em relação sobre o que é o domínio da Defesa e Segurança Nacional, e os fatores que condicionam e promovem a segurança das pessoas e dos Estados.

- **Trabalho de Recolha de Informação – Divisão de Edições**

Mediante pedido da divisão de Edições, durante o mês de outubro foi desenvolvida uma lista (em gráfico excel) com cerca de 250 nomes e contactos relevantes dentro das publicações de revistas no âmbito da Defesa, Segurança Nacional e Relações Internacionais portuguesas, bem como as respetivas revistas e nome das publicações efetuadas. Esta listagem servirá como futuro guia de possíveis convites a indivíduos de interesse para publicação em edições das diferentes revistas do Instituto da Defesa Nacional.

Posteriormente, foi realizada uma nova base de dados, desta vez com indicação de todos os colaboradores da Revista Nação e Defesa nos últimos 4 anos.

- **III Seminar of the Atlantic Centre**

No dia 19 de outubro de 2021 deu-se o *III Seminar of the Atlantic Centre*, no IDN. Este seminário contou com a presença do antigo Ministro da Defesa João Gomes Cravinho, a então diretora do IDN, Prof. Doutora Helena Carreiras e outros elementos relevantes de várias organizações internacionais, por exemplo, da NATO.

No âmbito desta iniciativa, a estagiária apoiou o coordenador da atividade desde o planeamento à execução. Numa fase inicial, prestou auxílio na implementação e manutenção das normas de higiene e segurança relativamente à pandemia COVID-19 no Auditório 1 e ajudou na preparação de equipamentos.

Numa segunda instância, foi prestado apoio à equipa das Relações Públicas, na receção dos convidados. No fim de cada conferência, a estagiária apoiou logisticamente a preparação da sessão seguinte, em coordenação com o Professor Doutor Pedro Seabra e elementos do MDN.

Esta atividade demonstrou-se favorável na avaliação da estagiária, tendo em conta o conhecimento que foi reunido ao longo das conferências o qual, apesar de estar a auxiliar durante a organização da conferência, felizmente foi possível assistir e adquirir.

Foi benéfico estar inserida nesta atividade no início do primeiro percurso de desconfinamento, pois observaram-se as alterações que foram acontecendo, um pouco por todo o território nacional, no que diz respeito à implementação de regimes híbridos ou presenciais, tendo em atenção todas as medidas de segurança necessárias em situações complexas como as vivenciadas.

- **7ª. Curso Intensivo de Segurança e Defesa – Açores (CISEDE - ACO)**

No mês de novembro iniciou-se a preparação da realização da sétima edição do CISEDE Açores. Esta atividade insere-se na missão de **formação** do IDN. O curso divide-se em três módulos, sendo que a estagiária esteve presente para auxiliar nos primeiros dois, realizados entre 15 a 18 de novembro e 22 a 25 de fevereiro, respetivamente. No

período prévio à concretização do curso, a estagiária coadjuvou o Coronel Coutinho Rodrigues em todas as tarefas adjuvantes ao planeamento do curso.

Inicialmente foi realizado um trabalho de sensibilização e contacto com as entidades alvo de modo a que seleccionassem elementos relevantes da sua instituição para a frequência do curso. A estagiária realizou também, em ambos os módulos, a atualização e reestruturação da plataforma Moodle com a documentação facultada pelo coordenador do curso e pelos conferencistas, complementando-a com algumas sugestões feitas pela própria.

Durante o curso, a estagiária acompanhou o mesmo e auxiliou o coordenador na marcação de presenças e faltas de auditores em cada sessão.

De igual modo, foi efetuada uma verificação da lista dos auditores, bem como um relatório de análise dos elementos que frequentaram o curso no que diz respeito a características como idade, género e formação profissional (Anexo 4).

- **Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo**

A Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo ocorreu no dia 10 de novembro e contou com a presença, entre outros, do antigo Ministro da Defesa Nacional, a diretora do IDN, e vários conferencistas de renome. Ocorreram várias reuniões prévias no que diz respeito à coordenação da sessão. A estagiária ajudou na confirmação de presenças através de contactos telefónicos às instituições e elementos relevantes e teve o prazer de fazer a alocução na sessão inicial de abertura do ano letivo (anexo 5).

- **33º Grupo de Reflexão Europa - Ucrânia**

No mês de março, a estagiária apoiou a nova diretora do IDN, Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes na organização do 33º Grupo de Reflexão Europa, sobre a guerra na Ucrânia, nomeadamente através da revisão da lista de convidados, no contacto com as entidades a participar, preparação do auditório e receção dos convidados aquando da sua chegada. No que diz respeito a esta atividade, mais uma vez o Instituto demonstra a sua atualização com o contexto nacional e internacional, debatendo temas relevantes para atualidade e para a Defesa e Segurança.

Os grupos de reflexão que o IDN promove vão ao encontro do que se encontra previsto no CEDN, mais uma vez demonstrando a forma como o Instituto promove o Conceito Estratégico de Defesa Nacional e integra o mesmo dentro das suas atividades:

“É, assim, essencial desenvolver as capacidades científicas e tecnológicas — apoiando núcleos de investigação relevantes — e reforçar o projeto educativo nacional, apostando na máxima valorização do conhecimento e do capital humano. Uma maior proximidade entre universidades, laboratórios, centros de excelência e empresas revela -se igualmente necessária, de modo a que o conhecimento possa ser aplicado de forma mais prática no desenvolvimento económico e social do país”

- (CEDN, 2013)

- **Outras atividades desenvolvidas:**

Entre 19 de outubro e 11 de novembro a estagiária ingressou no VIII Seminário Online da Associação de Colégios de Defesa Ibero-Americanos. Este seminário teve como tema: "O esforço nas relações civis-militares no desenvolvimento da guerra de contra-insurgência". O curso contou com a intervenção de vários países, nomeadamente a Colômbia, Brasil, Equador, Espanha e México.

No mês de outubro a estagiária coadjuvou a preparação do Curso de Defesa para Jornalistas, nomeadamente através de testes na plataforma Zoom e assistiu a algumas das palestras.

A estagiária não prestou auxílio no Curso “The Challenges of European Cybersecurity” devido à situação pandémica que piorou por volta do período do curso, tendo em conta que o coordenador do mesmo não se encontrava no Instituto, numa fase inicial do mesmo.

No dia 21 de outubro de 2021 a estagiária auxiliou na Receção de Antigos Auditores do Curso de Defesa Nacional.

No dia 02 de novembro de 2021 a estagiária colaborou com o Prof. Doutor António Paulo Duarte na revisão dos diplomas finais da Ação de Formação do RESDP.

No âmbito do projeto de investigação sobre a Igualdade de Género nas Forças Armadas, foram realizadas várias transcrições ao longo do mês de janeiro, com uma duração aproximada de 7h de gravação, traduzindo-se em mais de 20h de trabalho.

A estagiária teve a oportunidade de coadjuvar a diretora do Instituto, Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes, no planeamento do curso “*Civilian Aspects of Crisis Management*”, a ocorrer entre 21 e 25 de março. A estagiária entrou em contato com embaixadas e outras instituições nas quais os conferencistas estavam enquadrados e reuniu informações bibliográficas sobre os mesmos, para que houvesse uma melhor apresentação dos mesmos aquando da realização das conferências. Não foi possível um acompanhamento mais envolvente por parte da estagiária, por motivos de ter contraído Covid-19.

- **Atividades Extras:**

Para além das atividades acima descritas, torna-se necessário destacar algumas das conferências, *workshops* e seminários aos quais a estagiária teve a oportunidade de assistir:

- “Terrorismo. Lições aprendidas e oportunidades perdidas vinte anos após o 11 de setembro” (10 de setembro de 2022);
- “*Best practices in Atlantic Multilateral Cooperation*” (no âmbito do III Seminar of the Atlantic Centre, 19 de outubro de 2021);
- “*Informality and Variable Geometry in Multinational Cooperation*” (no âmbito do III Seminar of the Atlantic Centre, 19 de outubro de 2021);
- “Geopolítica de Áreas Regionais: Ásia Pacífico” (no âmbito do Curso de Especialização em Estudos Avançados de Geopolítica);
- “Geopolítica de Áreas Regionais: Ártico” (no âmbito do Curso de Especialização em Estudos Avançados de Geopolítica);
- “Geopolítica de Áreas Regionais: Médio Oriente e Norte de África”(no âmbito do Curso de Especialização em Estudos Avançados de Geopolítica);
- “Portugal e a NATO” (no âmbito do CISEDE);

- “Evolução do Pensamento Estratégico: Conceito e Enquadrantes da Estratégia” (no âmbito do CISEDE);
- “A Transformação da Defesa no Século XXI” (no âmbito do CISEDE);
- “As Crises e a Gestão de Crises Complexas” (no âmbito do CISEDE);
- Destaca-se ainda que a estagiária teve a oportunidade de assistir a várias sessões do prestigiado Curso de Defesa Nacional por cortesia da então diretora do IDN, Professora Doutora Helena Carreiras.

- **Fatores favoráveis e desfavoráveis à realização do estágio**

Após findado o período de estágio, tornou-se possível a realização de um breve levantamento sobre os aspetos mais e menos benéficos da integração da estagiária no Instituto da Defesa Nacional, para que sejam interpretados como agradecimento e sugestões de melhoria para a instituição.

Nos fatores desfavoráveis destaca-se que o IDN é um serviço central da administração direta do Estado, sob alçada do Ministério da Defesa Nacional. Neste sentido, ao ter sido sujeito a limitações na abertura de concursos públicos externos, torna-se impossível a eventual integração de estagiários como colaboradores do IDN. Por outro lado, menciona-se a circunstância de estágio não remunerado. Salienta-se, contudo, a disponibilização de uma refeição diária, bem como a disponibilização de estacionamento para veículos gratuito.

Quanto aos fatores favoráveis da integração da estagiária nesta instituição, delimita-se, em primeiro lugar, o elevado conhecimento adquirido no quadro das Relações Internacionais, Estudos de Segurança e Defesa. Defende-se que o IDN é, de facto, o melhor centro nacional de produção de conhecimento e reflexão no quadro da Defesa e Segurança. Noutra vertente, saúda-se a formidável relação de trabalho desenvolvida com os vários colaboradores do IDN. Todos os elementos do instituto demonstraram ao longo de todo o percurso uma atitude positiva e integradora em relação aos estagiários, tratando-os como elementos integrantes da instituição. Durante toda a duração do estágio a estagiária foi incentivada a assistir a todos os cursos, seminários e / ou conferências que fossem do seu interesse. Destaca-se também o contacto direto com

indivíduos nacionais e internacionais de excelência dentro do âmbito da Defesa e das Relações Internacionais.

Durante o período de estágio ocorreu um enorme desenvolvimento pessoal por parte da estagiária, de bons valores profissionais no que concerne a cumprimento de regras, horários, prazos de entrega e exigência na qualidade dos trabalhos produzidos. Outra vertente favorável essencial foi a superação dos objetivos inicialmente delineados no plano de estágio.

- **Reflexão Crítica sobre as atividades realizadas e resultados obtidos**

No presente relatório procurou-se, numa primeira instância, fazer um enquadramento teórico acerca dos domínios sobre os quais o IDN mais se debruça, nomeadamente os conceitos de Defesa Nacional, Defesa Nacional Alargada, Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional, Estratégia Integral, Conceito de Estratégia e Defesa Nacional.

Tendo como ponto de partida o enquadramento teórico do primeiro capítulo, numa segunda fase do relatório realizou-se uma reflexão relativamente à história do Instituto, devido às alterações que veio a sofrer desde a sua criação, e delimitou-se as suas linhas de ação, a sua missão e visão. Defende-se o IDN como um centro de troca de ideias, debate, reflexão, divulgação e expansão de conceitos como a Defesa e Segurança Nacional à população geral e aos ramos ou entidades mais conectadas a estes conceitos.

Cada Estado deve garantir a existência de centros de formulação estratégica onde se possam concentrar a investigação, a formação, o debate e a divulgação sobre a Segurança e a Defesa Nacionais. Ao longo dos anos o Instituto tem-se distinguido dos demais, pela sua qualidade, perseverância e consistência nestes domínios. Através das várias atividades que desenvolve, quer seja através da investigação, da realização de grupos de reflexão, de estudos e relatórios que servem de apoio para a tomada de decisão do Ministério da Defesa Nacional, o debate e reflexão acerca da temática da Defesa e Segurança Nacional encontram-se omnipresentes nesta instituição.

No terceiro capítulo do relatório foram explicadas as atividades realizadas aquando da presença da estagiária na instituição. Ao olhar para o cronograma inicial do estágio, evidencia-se que as atividades executadas ultrapassaram as atividades planeadas, o que se demonstrou bastante favorável para a estagiária devido ao acrescido acompanhamento prestado à atividade geral do IDN, e conseqüente maior conhecimento das suas linhas de ação.

Durante o período que a estagiária passou no IDN, foi possível a sua integração em múltiplas atividades correlacionadas com a Defesa, Segurança e Estratégia Nacional. Nestas destacam-se, por exemplo, o empenhamento no VI Seminário IDN Jovem, no qual são divulgados os conceitos de Defesa e Segurança a uma camada mais jovem da população, integrando-se desta forma no âmbito da divulgação presente na missão do IDN. Por outro lado, demarca-se a enorme quantidade de *workshops*, cursos, conferências e Grupos de Reflexão, sempre subordinados à temática da Defesa e

Segurança Nacional ou temas que influenciem estas temáticas. O IDN oferece a oportunidade de expansão de conhecimento nestas áreas a indivíduos já conhecedores e integrados nas mesmas, bem como a indivíduos que não tenham como por base qualquer conhecimento científico na área. Destaca-se ainda um último exemplo, neste caso no que toca ao 33º Grupo de Reflexão Europa – Ucrânia (uma das últimas atividades nas quais a estagiária teve a oportunidade de apoiar). Esta atividade considera-se como extremamente relevante pois demonstra, por um lado, a rápida consciência e ajustação do IDN e das suas atividades consoante as alterações que sucedem tanto a nível nacional como global e, por outro, o debate presente no Instituto acerca de temas relevantes para atualidade e para a Defesa e Segurança Nacional.

Termina-se o presente relatório com um agradecimento a toda a equipa integrante do IDN pela predisposição demonstrada ao longo de todo o percurso da estagiária dentro do Instituto. Por fim, utilizando as palavras do Almirante Leonel Cardoso, desejo que “a ação do IDN continue a desenvolver-se com equilíbrio e dinamismo nos caminhos do futuro” (Vieira, 2014).

## **Bibliografia:**

ALVES, José Lopes (2014), “Memória do Instituto da Defesa Nacional” IDN Cadernos, Nº 13, pp. 11-24.

BARROSO, ESCORREGA; Luís Machado, Luís Falcão, (2014), “A Estratégia Integral e a Guerra Subversiva”. Estudos de Homenagem a Abel Cabral Couto, Lisboa, IESM, pp. 195-217.

BEAUFRE, André (1985), “Introduction à la Stratégie”. Paris: Económica.

BEAUFRE, André (2004), “Introdução à Estratégia”. Lisboa: Edições Sílabo.

CARDOSO, Leonel (1981), “Defesa Nacional – Segurança Nacional”. Nação e Defesa, nº 17, Janeiro, pp. 11-24.

CARDOSO, Leonel (1987), “Depoimento do Vice-Almirante Leonel Alexandre Gomes Cardoso, Diretor do Instituto da Defesa Nacional de 1 de fevereiro de 1977 a 22 de março de 1980, “Qual Phoenix”, Nação e Defesa, Número Especial dedicado ao X Aniversário do Instituto da Defesa Nacional, pp 81-88

COUTO, Abel Cabral (2001), “Na Queda do “Muro”...”, Nação e Defesa Nº100, 2.<sup>a</sup> Série, pp. 25-35.

COUTO, Abel Cabral (2004), "Posfácio", in ABREU, Francisco; FERNADES, Horta, Pensar a Estratégia. Do político militar ao empresarial, Lisboa: Sílabo, pp. 215-230.

COUTO, Abel Cabral (2014), “Memória do Instituto da Defesa Nacional” IDN Cadernos Nº 13, pp. 46-55.

COUTO, Abel Cabral Couto (1989), “ Elementos de Estratégia”, 2 vols. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

FERNANDES, António Horta (2015). “O Conceito de Segurança. Um obstáculo à paz”. Relações Internacionais, Nº48, pp.139-164.

FERREIRA, José Medeiros (2001), “O IDN e o Pensamento Estratégico”, Nação e Defesa, Nº 100, pp. 17-24.

GARCIA, Francisco (2014), “A Guerra e a Estratégia Revisitadas”. Estudos de Homenagem Abel Cabral Couto, Lisboa, IESM, pp. 239- 254.

HART, Liddell (2011) ‘‘Estratégia’’, Edição em português, Tinta da China.

PAULO DUARTE, António (2015) ‘‘Segurança Nacional e Defesa Nacional’’, Documento de Apoio: Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, pp. 04-05.

REIS, Bruno (2019), ‘‘Pode Portugal ter uma estratégia?’’. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Conselho de Ministros, Resolução n.o 19/2013. Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Diário da República, N.o 67, 1.a série, 5 de abril de 2013. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2013/04/06700/0198101995.pdf>

RIBEIRO, A.S. (2010), ‘‘Teoria Geral da Estratégia: O Essencial ao Processo Estratégico’’. Coimbra: Edições Almedina.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2009), ‘‘Contributos para uma Política de Defesa’’. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

VIANA, Vítor Rodrigues Viana (2014), ‘‘Memória do Instituto da Defesa Nacional – Nota Introdutória’’ IDN Cadernos, No13, pp. 06-08.

VIEIRA, Guilherme Belchior (1980), ‘‘Conceitos de Defesa Nacional – Componente Militar’’, Nação e Defesa No13, pp. 12- 25.

VIEIRA, Guilherme Belchior (2014), ‘‘Memória do Instituto da Defesa Nacional’’ IDN Cadernos No 13, pp. 24-32.

## Fontes:

Diário da República n.º 148/2015, Decreto Regulamentar n.º 7/2015, de 31 de julho. Acessível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-regulamentar/7-2015-69920319>. Consultado a 29 de novembro de 2022.

Diário da República n.º 161, série I, Decreto-Lei n.º 550-D/76 de 12 de julho de 1976, Lisboa. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1976/07/16103/00330034.pdf>. Consultado 20 de outubro de 2022.

Diário da República n.º 3/2021, Lei de Defesa Nacional, Altera da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B, de 7 de julho. Acessível em: [file:///C:/Users/m.garofita.drule/Downloads/20210809\\_Lei-Defesa-Nacional\\_Lei-Organica-3-2021.pdf](file:///C:/Users/m.garofita.drule/Downloads/20210809_Lei-Defesa-Nacional_Lei-Organica-3-2021.pdf) Consultado a 12 de novembro de 2022.

Diário da República n.º 270, Série I, Decreto-Lei n.º 635/74 de 20 de novembro de 1974, Lisboa. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1974/11/27000/14031403.pdf>. Consultado a 12 de novembro de 2022.

Educação Pré-Escolar Ensino Básico Ensino Secundário, 2022. Acessível em: [file:///C:/Users/m.garofita.drule/Downloads/referencial\\_educacao\\_para\\_a\\_seguranca\\_a\\_defesa\\_e\\_a\\_paz%20-%202022.pdf](file:///C:/Users/m.garofita.drule/Downloads/referencial_educacao_para_a_seguranca_a_defesa_e_a_paz%20-%202022.pdf) Consultado a 08 de dezembro de 2022.

Governo de Portugal, 2013, Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Disponível em: [https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/CEDN\\_2013.pdf](https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/CEDN_2013.pdf) Consultado a 10 de setembro de 2021.

Instituto da Defesa Nacional (2019), Relatório de Atividades. Disponível em: [https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/ra\\_2019pdf](https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/ra_2019pdf). Consultado em 13 de março de 2022.

Instituto da Defesa Nacional, (s/d), “Protocolos”, Educação para a Cidadania, Instituto da Defesa Nacional, Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/formacao/educacao/protocolos>. Consultado em 1 de outubro de 2022.

Instituto da Defesa Nacional, (s/d), Apresentação IDN. Disponível em:  
[https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/apresentacao\\_IDN.pdf](https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/apresentacao_IDN.pdf) . Consultado em  
20 de setembro de 2022

## Anexos:

### Anexo 1) Cronograma de Estágio

#### Estágio

Programa de estágio (8 de setembro de 2021 – 25 de março de 2022)

Estagiário – Mihaela Garofita Drule

Orientador – Prof. Dr. António Paulo Duarte

Atividades	Áreas de Intervenção	Objetivos/Tarefas	Período Temporal	Coordenador de Atividade	Medida de Avaliação
Relatório de Estágio Curricular	INVESTIGAÇÃO	Desenvolvimento do Relatório de Estágio com recolha de fontes e material bibliográfico e desenvolvimento do plano da tese.	Setembro de 2021 – março de 2022	Professor Doutor António Paulo Duarte	Lista bibliográfica e plano de tese
21º Curso de Segurança e Defesa par Jovens	ORGANIZAÇÃO	Apoio à organização 19º Curso de Segurança e Defesa par Jovens	Setembro de 2021	Capitão de Mar-e-Guerra José Picoito	Cumprimento das tarefas assignadas
2º SSDAJ - 2º Seminário de Segurança e Defesa para Associações de Juventude	DIVULGAÇÃO	Coadjuvar o Coordenador em todas as tarefas inerentes à execução do curso. Apoio à organização e ao planeamento.	14-16 de setembro de 2021	Coronel Borges da Fonseca	Cumprimento das tarefas assignadas
Visita do Colégio de Defesa NATO - Visita do NATO Regional Cooperation Course (#26) – 29SET/01OUT	IMPLEMENTAÇÃO	Coadjuvar o Coordenador em todas as tarefas inerentes à execução do curso.	29 de setembro a 1 de outubro de 2021	Coronel João Barbas	Cumprimento das tarefas assignadas
15º Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas (15º CSDJ)	ORGANIZAÇÃO PLANEAMENTO	Coadjuvar o Coordenador em todas as tarefas inerentes à execução do curso. Apoio à organização e ao planeamento	Outubro a dezembro de 2021	Coronel Luís Marinho Pereira	Cumprimento das tarefas assignadas
The Challenges of European Cybersecurity (OUT/NOV 2021)	ORGANIZAÇÃO PLANEAMENTO	Coadjuvar o Coordenador em todas as tarefas inerentes à execução do curso. Apoio à organização e ao planeamento	Outubro a dezembro de 2021	Coronel João Barbas	Cumprimento das tarefas assignadas
Projeto de investigação sobre Alterações Climáticas e Defesa; Roteiro UE	INVESTIGAÇÃO	Apoiar o Projeto de investigação sobre Alterações Climáticas e Defesa; Roteiro EU e as atividades que dele decorrem.	Outubro a dezembro de 2021	Coronel Carlos Coutinho Rodrigues	Cumprimento das tarefas assignadas
Acompanhar trabalhos Conferência Alterações	INVESTIGAÇÃO	Acompanhar trabalhos Conferência Alterações Climáticas, Glasgow, COP 26, elaborar relatórios.	Outubro a dezembro de 2021	Coronel Carlos Coutinho Rodrigues	Cumprimento das tarefas assignadas
20ª Ação de Formação "Segurança, Defesa e	PLANEAMENTO ORGANIZAÇÃO	Coadjuvar o Diretor do Curso em todas as tarefas inerentes à execução do curso. Apoio à divulgação do curso. Contactos	Novembro - dezembro de 2021, a realizar no Distrito	Professor Doutor António Paulo Duarte; Coronel	Cumprimento das tarefas assignadas

Paz (20ª AFSDP): Um Projeto de Todos para Todos. O Referencial para a Educação pré-escolar e para os Ensinos Básico e Secundário”		com entidades que intervirão no curso. Contactos com os professores para efeitos de divulgação e de informação.	de Portalegre	Luís Marinho Pereira	
CISEDE Açores- módulo 1, em novembro.	<b>ORGANIZAÇÃO PLANEAMENTO</b>	Apoio à organização e ao planeamento. Contactos com entidades exteriores.	Novembro de 2021	Coronel Carlos Coutinho Rodrigues	Cumprimento das tarefas assignadas
6º Seminário IDN Jovem	<b>ORGANIZAÇÃO PLANEAMENTO</b>	Apoio à organização e ao planeamento. Contactos com entidades exteriores.	23-24 de novembro de 2021, a realizar na Cidade do Porto	Coronel Costa Campos	Cumprimento das tarefas assignadas - Apresentação de comunicação
11º Curso de Gestão Civil de Crises 2018 (9º CGCC 18) – 3º módulo	<b>ORGANIZAÇÃO PLANEAMENTO FORMAÇÃO</b>	Coadjuvar o Diretor do Curso em todas as tarefas inerentes à execução do curso. Preparação do 3º módulo. Apoio à organização da documentação a entregar aos elementos do curso. Assistir ao curso como formanda.	março-maio de 2022	Coronel Costa Campos	Cumprimento das tarefas assignadas; Assistir ao Curso.
Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz – Projeto de Investigação – “Bases	<b>ORGANIZAÇÃO PLANEAMENTO INVESTIGAÇÃO</b>	Apoio a atividades relacionados com a implementação do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e Paz no sistema educativo nacional. Apoio à organização de palestras e visitas	Setembro de 2021 – março de 2022	Professor Doutor António Paulo Duarte	Cumprimento das tarefas assignadas
para Monitorização de um Projeto Educativo - Âmbito da Segurança, da Defesa e da Paz”		de estudo; Elaboração de quadros e mapas sobre o sistema educativo nacional; Elaboração e desenvolvimento de materiais didáticos; Outras atividades que se verificarem sejam necessárias desenvolver			

## **Anexo 2) Relatório sobre a COP26 e *Climate Change and Defence Roadmap***

### Relatório COP26 e Climate Change and Defence Roadmap

- **Introdução**

Neste relatório pretende-se aprofundar, por um lado, como a Cimeira da ONU sobre as alterações climáticas tratou temas no âmbito da Defesa e por outro lado, compreender as principais questões do Roteiro do Clima para a UE tendo em vista a sua aplicação à realidade portuguesa.

Ao longo deste trabalho foram consultadas diversas fontes de informação disponíveis online, como artigos de especialistas e de opinião no caso da COP 26, mas também se procurou uma aproximação a documentos basilares do nexos que se ambiciona explicitar entre o Clima e a Defesa. Neste sentido, destacam-se a NATO Agenda on Climate Change and Security e o Climate Change and Defense Roadmap.

Na parte final do relatório surge um conjunto de sugestões no sentido de adaptar as Forças Armadas em Portugal aos desafios consequentes dos efeitos do aquecimento global, sendo estas recomendações resultado de um exercício de pensamento crítico levado a cabo a partir do paradigma atual de crescente valorização deste tema na esfera da Defesa, tanto a nível nacional como internacional.

#### **COP26 e a Defesa**

Nesta secção do relatório procura-se perceber como a Defesa foi abordada na mais recente edição da Cimeira das Nações Unidas relativa às alterações climáticas, também designada como Conference of Parties (COP).

Antes da realização da Cimeira em Glasgow, George Conway, vice-diretor do United Nations Development Programme na Somália, alertava num artigo de opinião publicado no site do organismo que representa que este evento deveria discutir o nexos entre o clima e as matérias da esfera da Defesa. O autor enumera duas lições aprendidas no seio desta relação, designadamente o impacto negativo dos conflitos armados e da destruição de infraestruturas na ambição de conduzir políticas de ação climática e a falta de financiamento dos países subdesenvolvidos na adaptação ao aquecimento global e à crescente fragilidade induzida pelos fenómenos climatéricos extremos ocorridos nestes

países. Assim, Conway conclui a sua linha de pensamento com uma premissa dirigida às partes envolvidas na COP 26:

“(…) we hope to make climate finance work better for conflict-affected and fragile contexts while ensuring that global climate talks beyond COP26 more systematically consider – and strive to address – the profound impact climate change is having on security and peace in fragile and conflict-affected contexts.” (Conway, 2021)

A vigésima sexta COP ficou também marcada pela visita do Secretário Geral da NATO, Jens Stoltenberg, sendo esta a primeira vez que o mais alto representante da organização está presente numa cimeira do clima das Nações Unidas. No decorrer da sua intervenção na sessão “Climate, Peace and Stability: Weathering Risk Through COP and Beyond”, Stoltenberg confirmou a necessidade de ter em conta as alterações climáticas no que diz respeito à área da Defesa, sobretudo na ação futura da organização que lidera:

“(…) climate change matters for NATO because it matters for our security and NATO is now addressing these challenges.”

Ao longo da sua exposição foi referida a necessidade de alterar as consciências e alertar para as consequências do aquecimento global, bem como de tomar medidas concretas em contextos onde a NATO intervém. Entre estas, destacam-se o uso de nova tecnologia para mitigar a emissão de gases poluentes em missões internacionais e a necessidade de adaptar os equipamentos utilizados pelos militares em função das condições atmosféricas extremas que estes podem encontrar.

Tanto a presença inédita do Secretário Geral da NATO na Conferência como as principais ideias que o mesmo deixou ao longo do seu discurso enquadram-se na perspetiva que a Organização do Tratado Atlântico-Norte tem seguido ultimamente no que concerne ao clima. Um exemplo concreto das considerações sobre as alterações climáticas foi a recente elaboração do documento “NATO Agenda on Climate Change and Security”, aprovado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países que pertencem à Organização na reunião de 23 e 24 de março de 2021. Formulado segundo as crescentes preocupações que o aquecimento global provoca para a segurança dos Estados aliados, este documento procura estruturar pela primeira vez as medidas a tomar pela NATO que mitiguem a degradação do clima, identificando quatro eixos de ação:

“First, increase Allied awareness. (...) Second, adapt to climate change (...) Third, contribute to the mitigation of climate change (...) Fourth, enhance outreach.” (NATO Climate Change and Security Action Plan, 2021).

Este trabalho é ilustrativo do impacto que as questões ambientais mencionadas têm na definição do futuro na área da Defesa, assumindo crescentemente um papel decisivo na conceção de Segurança tanto dos cidadãos como dos Estados.

No contexto de rescaldo da Cimeira, a linha editorial “The Global Observatory” do International Peace Institute publicou um artigo designado “Why Peace Should Matter for the COP, and Why COP26 is Important for Peace” da autoria de Cedric Coning e Florian Krampe. Ao longo do texto, os autores sustentam a premissa de que a ação climática deve ser baseada na coesão social e na manutenção da paz, sobretudo através do financiamento necessário para esta transição. Contudo, Coning e Krampe alertam para a importância de acompanhar a execução dos programas de adaptação climática, pois os elevados níveis de corrupção nos contextos regionais em que estes programas serão concretizados podem comprometer o seu sucesso caso excluam grupos da sociedade marginalizados, como é o caso das crianças, das mulheres ou de minorias étnicas e religiosas.

Deve notar-se, contudo, que a Defesa, enquanto conceito, foi pouco debatida, como sustentam os peritos da ONG International Crisis Group Ulrich Eberle e Andrew Ciacci num texto publicado ainda no decorrer da Cimeira. Para os autores, o tópico da “segurança climática” esteve ausente da agenda, salientando que esta omissão se justifica pela falta de consenso que ficou expressa no Conselho de Segurança da ONU previamente sobre este tema. Acrescentam ainda que dificilmente a situação verificada se alterará a tempo de ser devidamente inserida na próxima COP, que decorrerá no Egito em 2022.

- **Roteiro para o Clima:**

Na seguinte parte do relatório será feita uma análise sobre o Roteiro para o Clima, mais concretamente sobre a forma como a UE transforma as alterações climáticas em questões de segurança e defesa, e a forma como se poderá atuar no contexto da UE. Esta análise será desenvolvida a partir da observação do Climate Change and Defence Roadmap. No final, iremos assimilar o conceito por parte da UE e especular sobre como o mesmo poderá ser aplicado no caso português.

A UE considera as alterações climáticas como um multiplicador de ameaças ao conflito e insegurança (insecurity). A ação climática por si só, contribui para a paz e estabilidade conjunta. Existindo a necessidade de realizar uma análise mais aprofundada daquilo que são os riscos reais das alterações climáticas, foi elaborado o Climate Change and Defence Roadmap, incluído no contexto da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), onde são integradas sugestões de alterações dentro do ramo da Defesa, na tentativa de tornar as forças militares “climate-proof”, i.e à prova de alterações climáticas (Schaik, Ramnath, 2021). Dentro do âmbito do Roadmap, são elaboradas medidas a curto, médio e longo prazo, integradas em três áreas de ação diversas e complementares (Dimensão Operacional, Desenvolvimento de Capacidades e Fortalecimento do Multilateralismo e das Parcerias), que serão abordadas de seguida neste relatório.

### **Dimensão operacional**

Na dimensão operacional, destaca-se a crescente realização de novas missões militares e civis, em ambientes/crises cada vez mais complexos/as, derivado às crescentes consequências das alterações climáticas, o que indica que os operacionais no terreno deverão estar mais e melhor instruídos. O documento defende que o mais provável é que os acontecimentos consequentes das alterações climáticas afetem a geopolítica global, incluindo especialmente a segurança marítima global. Os efeitos negativos na segurança humana incluem diminuídos recursos de comida e água, riscos para a saúde, deslocações em massa e degradação de infraestruturas, economia e biodiversidade. Há um reconhecido risco de que todas estas ameaças possam afetar as capacidades de planeamento e desenvolvimento militar:

“As alterações climáticas e as crescentes catástrofes naturais terão impacto na frequência de destacamento de militares e na implementação e condições das operações da CSDP.”

Acredita-se que as alterações climáticas piorem o estado de atuais e futuros conflitos, o que poderá causar maiores níveis de violência e gerar uma maior necessidade para as necessidades humanitárias. Também será possível que as forças da UE sejam mais frequentemente chamadas para servir de apoio humanitário graças à maior frequência de eventos extremos do clima.

Entre as abordagens com impacto relevante para a UE a curto e médio prazo, são propostas medidas com vista a maior cooperação para as alterações climáticas entre militares e civis através de operações com a CSDP. Tais medidas incluem planeamento contra desastres, desenvolvimento de conceitos e guias operacionais para apoiar a implementação de missões da CSDP, maior observação e melhores técnicas e processos de reconhecimento e medição, etc.

Os países europeus são encorajados nesta secção a partilhar mais informação, como estudos, e a fomentar mais reconhecimento público relativo às alterações climáticas, bem como a criar mais redes de informação para a preparação do combate ao aquecimento global.

### **Desenvolvimento de Capacidades**

Na área do Desenvolvimento de Capacidades delimita-se que as alterações climáticas não são apenas um conflito ou um multiplicador de riscos, mas sim uma condição que irá introduzir novos desafios operacionais, nomeadamente na capacidade de utilização de equipamento resistente a condições meteorológicas extremas. Destaca-se também a necessidade de redução do uso de energia nas Forças Armadas, como forma de se conseguir dar uma resposta mais eficaz aos desafios que se avizinham, através da redução de requisitos logísticos e da dependência de abastecimentos pesados em zonas de risco elevado, minimização de recursos, redução da pegada ambiental e poluição em áreas de operação, traduzindo-se assim num menor consumo e maior eficiência.

A curto prazo prevê-se que a SEAE, AED e outros serviços relevantes da Comissão trabalhem conjuntamente com o ESDC de modo a integrar a mitigação das mudanças climáticas e outros aspectos de adaptação e proteção ambiental nas formações e exercícios da UE. De igual modo prevê-se que os serviços da Comissão e a EDA explorem o potencial impacto de diretivas relacionadas com energia, no que se incluem as opções de aquisições públicas verdes como parte do Acordo Verde Europeu. A médio prazo, o SEAE e o Military Staff da UE apresentarão propostas que visam ser tomadas em consideração os riscos relacionados às mudanças climáticas de modo a melhorar os cenários ilustrativos e o planeamento estratégico, dentro do que são as metas principais. O SEAE e a AED irão encorajar os Estados-Membros a desenvolver novas tecnologias para aumentar resiliência e eficiência operacional em projetos de capacidade, inclusive no contexto do Cooperação Estruturada Permanente (PESCO). Irão ser financiadas pesquisas e atividades de desenvolvimento de soluções orientadas para a defesa. Nas mesmas condições, soluções avançadas para maior eficiência de recursos, incluindo abordando aspetos da economia circular, contribuindo assim para a redução da pegada de carbono. A Comissão irá contribuir para os objetivos climáticos no domínio das infraestruturas de transporte através da política da rede transeuropeia de transportes (TEN-T). Por sua vez, a EDA irá produzir estudos sobre o impacto das alterações climáticas nas infraestruturas pertencentes ao domínio da Defesa.

### **Fortalecimento de Parcerias e Multilateralismo**

No que diz respeito ao fortalecimento do multilateralismo e das parcerias, destaca-se a necessidade de uma resposta global, ou multidimensional/multilateral para a questão do nexa Clima-Defesa. O Roteiro promove uma abertura para a cooperação dentro do contexto da Segurança e Defesa com as organizações internacionais e parcerias multilaterais (ONU, NATO, OSCE, etc.), bem como uma cooperação a nível bilateral. Para além disso, os Estados-Membros da UE são incentivados a promover a relevância da ligação entre os aspetos climáticos e ambientais e a Defesa.

A curto prazo, a SEAE irá promover o debate no que diz respeito à relação entre as alterações climáticas e o domínio da Defesa (NATO, AU,...), e será explorada a possibilidade de apoio à AU, no que diz respeito ao fortalecimento da capacidade de

resposta dos serviços de segurança aos desastres naturais, e melhoria dos serviços de proteção civil. A médio prazo, o SEAE trabalhará no sentido de incluir as alterações climáticas e os aspetos ambientais na revisão de prioridades, de modo a reforçar a parceria estratégica ONU-UE em operações de paz e gestão de crises. O SEAE incluirá aspetos climáticos e ambientais na sua política de segurança e defesa em diálogos com países terceiros. Da mesma forma, continuará a alargar a sua rede de organismos de investigação, para aumentar a compreensão dos vários impactos das alterações climáticas e da degradação ambiental no setor da Defesa e gestão de crises da UE. A longo prazo, a UE irá continuar a demonstrar a liderança na conjugação da Defesa e alterações climáticas e trabalhará no sentido de incluir os aspetos da Defesa no NDCs (Nationally Determined Contributions).

Nas suas considerações finais, o Roteiro indica-nos que os serviços anteriormente mencionados trabalharão para implementar as abordagens em curso e novas ações que serão delineadas. Será organizado um evento anual pela EEAS no qual estarão envolvidos os serviços relevantes da Comissão, os Estados Membros, Organizações Internacionais e países parceiros, de modo a continuar a demonstrar a liderança neste domínio. Haverá também um balanceamento das medidas aplicadas relativamente ao Roteiro em 2025, e de seguida haverá uma revisão geral dos objetivos em 2030.

### **Aplicações no caso nacional**

Tomando por base o Roadmap da UE, podemos delimitar algumas sugestões de aplicação dentro do território nacional:

- Implementação de sistemas/gabinetes dentro de cada ramo das Forças Armadas, com o intuito de analisar, registar e limitar a poluição e consumo de combustíveis fósseis, que ao mesmo tempo poderão trabalhar com “objetivos” a alcançar a curto, médio e longo prazo, dentro das 3 áreas de ação mencionadas no Roteiro.
- Havendo situações nas quais é impossível não poluir (como por exemplo nos combustíveis para navios, aviões, etc.) implementar sistemas semelhantes ao verificado na BA5 de monte real (painéis solares) que permitam contrabalançar a poluição e permitir uma diminuição no uso de combustíveis fósseis dentro do que é a utilização a nível terrestre e de apoio a operações.

- Proteção das áreas florestais nas áreas envolventes às bases militares de modo a prevenir a desflorestação (devido a incêndios) que muitas vezes se verifica no território nacional, especialmente nas alturas mais quentes do ano.
- Muitas vezes verificamos a existência de bases militares com uma dimensão considerável. Nestes casos, poderá ser possível o incremento de florestação de modo a contrabalançar com a emissão de gases poluentes.
- Preferência pela utilização de materiais renováveis na manutenção de equipamentos.
- Instalação de estações de tratamento de águas residuais nas infraestruturas militares nas quais tal seja adequado.
- Utilização de veículos elétricos.
- Integração de Portugal nas medidas multilaterais tomadas, tendo em conta esta situação ser multidimensional.
- Planos de ação nacional (criação de *task force* para a eficiência energética).
- Tendo em conta que grande parte da infraestrutura militar não é self-sufficient, apostar em energias renováveis (painéis solares por exemplo).
- Utilizar o potencial do mar através de *offshore renewable energies*, aproveitando a energia das ondas e do vento (*Energy Islands*).
- Realização de formações específicas para que as Forças Armadas estejam preparadas para agir em situações meteorológicas extremas.

### **Considerações Finais**

A informação recolhida para este relatório no que concerne à COP 26 permite concluir que esta Cimeira representa, por um lado, um momento privilegiado para a discussão anual das alterações climáticas e dos seus possíveis efeitos na esfera da Defesa, porém, a última COP deixou em grande medida a questão fora do evento. Neste sentido, deve ressaltar-se que o pensamento académico formulado no decorrer da Cimeira ou posteriormente tem seguido uma linha crítica da escassa discussão sobre onexo entre as questões de segurança e o clima, de que são exemplo os artigos previamente analisados.

Mesmo que as metas da COP sejam atingidas, é importante salientar que as alterações climáticas continuarão. Assim, para além de medidas de prevenção também serão necessárias medidas de apoio por parte das Forças Armadas (por exemplo em situações de cheias, grandes incêndios, seca extrema, etc.). Desta forma, devem ser feitos

avanços para que as forças militares sejam não só inovadoras, sustentáveis e reduzam as emissões, mas que sejam também um elemento crucial na construção da paz ambiental e na assistência a desastres ambientais variados.

Relativamente ao Climate Change and Defence Roadmap, podemos mencionar que o mesmo é um guia relativamente detalhado de objetivos políticos e administrativos para a Comissão Europeia e para o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) sobre a crise energética. Constitui-se por três tópicos de ação com objetivos a alcançar a curto, médio e longo prazo: 1º. Dimensão operacional; 2º. Desenvolvimento de capacidades; 3º. Reforço de parcerias multilaterais. O primeiro ponto toca nos aspetos administrativos e efetivos do que será o roteiro e em que tipo de enquadramento ou contexto as operações serão feitas. O segundo ponto faz principal alusão ao desenvolvimento de capacidades e aos meios que serão necessários para levar a cabo os objetivos do roteiro. O terceiro ponto é pertinente para a vertente diplomática do roteiro, isto é, procura estabelecer as ligações diplomáticas que serão necessárias para facilitar a execução do roteiro. Há ainda um principal foco a notar nos gastos militares e na responsabilidade energética e ambiental das Forças Armadas europeias.

O Roteiro sobre Clima e Defesa pode ser considerado o mais novo esforço da UE para integrar a mudança climática na esfera de sua ação externa, que inclui atividades no campo da diplomacia, desenvolvimento e comércio. Contudo, apesar de ser uma sólida tentativa de pôr em prática uma série de medidas, na sua essência acaba por ser ambígua no que diz respeito à sua aplicação. Apesar de ser mencionado o facto da maior necessidade de intervenção em situações de emergências domésticas e internacionais, bem como um aumento das intervenções em assistências humanitárias, existem poucas informações objetivas sobre a forma como as mudanças climáticas poderão implicar estes crescimentos. Por outro lado, também não se encontra presente uma avaliação concreta sobre o posicionamento e as ameaças de rivais estratégicos da UE.

Ainda assim, tendo como comparação a maioria das outras nações e organizações, podemos argumentar que a UE tem desempenhado um papel progressista na integração da questão do clima na Segurança e Defesa.

## **Bibliografia**

Ciacci, A. e Eberle, U. “Getting Conflict into the Global Climate Conversation”, International Crisis Group, 5 de novembro de 2021. Disponível em <https://www.crisisgroup.org/global/getting-conflict-global-climate-conversation>.

Conway, George. “On peace, security and climate finance at COP26”, UNDP, 12 de novembro de 2021. Disponível em [On peace, security and climate finance at COP26 | United Nations Development Programme \(undp.org\)](#).

Krampe, F. e Coning, C. “Why Peace Should Matter for the COP, and Why COP26 is Important for Peace”, IPI Global Observatory. Disponível em <https://theglobalobservatory.org/2021/11/why-peace-should-matter-for-the-cop-and-why-cop26-is-important-for-peace/>.

NATO Climate Change and Security Action Plan, 14 de junho de 2021. Disponível em [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_185174.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_185174.htm).

“Remarks by NATO Secretary General Jens Stoltenberg at the high-level roundtable “Climate, Peace and Stability: Weathering Risk Through COP and Beyond” in Glasgow, UK”, NATO, 8 de novembro de 2021. Disponível em [https://www.nato.int/cps/ru/natohq/opinions\\_188262.htm](https://www.nato.int/cps/ru/natohq/opinions_188262.htm).

Schaik, L. e Ramnath, A. “Mission Probable: the EU’s efforts Policy Brief to green security and defence”, 25 de agosto de 2021. Disponível em <https://climate-diplomacy.org/magazine/conflict/mission-probable-eus-efforts-policy-brief-green-security-and-defence>

**Anexo 3) Folheto elucidativo do VI Seminário IDN Jovem**



The flyer features a dark blue background on the left and a stylized, high-contrast image of a person holding a stack of papers on the right. The text is white and yellow.

**idn** Instituto da Defesa Nacional

**VI Seminário IDN Jovem**  
Porto, 23 e 24 de novembro de 2021

*Call for Papers até 29 de outubro*

**Temas**

- Ameaças e riscos
- Defesa Nacional: Contextos, Políticas e Atores
- Segurança Humana, Direitos Humanos e Defesa
- Transformação digital e novas tecnologias militares

Email: [jorge.campos@defesa.pt](mailto:jorge.campos@defesa.pt)  
Telf: 211 544 724  
[www.idn.gov.pt/pt](http://www.idn.gov.pt/pt)

 **U. PORTO**  
FLUP FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

## **Anexo 4) Relatório de análise dos Auditores do CISEDE-ACO**

### **Relatório sobre os Auditores do 7CISEDE-ACO**

A 7ª edição do Curso Intensivo de Segurança e Defesa do Instituto de Defesa Nacional nos Açores conta com até 44 auditores. Este relatório foi compilado a pedido do Cor. Carlos Coutinho Rodrigues.

Algumas conclusões breves que se puderam tirar são: a disparidade entre sexos, sendo que a maioria dos frequentadores é do sexo masculino; na formação, a grande maioria dos auditores possui uma Licenciatura. O segundo maior grau de habilitações literárias entre os auditores é o de Mestre; também pouco surpreendentemente se pôde concluir que a maioria dos auditores executa funções ou nas Forças de Segurança ou nas Forças Armadas. No entanto, há também uma grande percentagem de auditores em posições de administração pública e governação; a maioria dos auditores reside nos Açores, com algumas percentagens mínimas em Portugal Continental, e ainda menos no estrangeiro; apesar das diferentes residências, todos os auditores assistiram ao CISEDE nos Açores, sendo que a grande maioria se encontrou na ilha de São Miguel, com uma percentagem significativa assistindo da ilha Terceira. Pouco mais de metade dos auditores assistiram ao CISEDE em regime online.

#### **Sexo**

Este ano, os auditores do sexo feminino são 15 e os de sexo masculino são 29. Tal significa que a percentagem de homens a frequentar o 7º CISEDE é cerca de 66% enquanto a percentagem de mulheres é de 34%.

#### **Formação**

O 7º CISEDE conta com participantes de todas as áreas de formação. Entre os 44 auditores:

- 4 têm o Ensino Secundário (9%)
- 12 têm o título de Mestre (27%)
- 2 têm o título de Pós-graduado (5%)
- 2 têm o título de Doutoramento (5%)

## Função profissional

Os auditores do 7º CISEDE provêm de várias áreas profissionais, no entanto pode verificar-se uma tendência de maior número de empregados das forças de segurança ou forças armadas, administração pública e governação.

Pode, então, verificar-se abaixo as várias áreas profissionais, por ordem de quantidade:

- Forças de Segurança/ Forças Armadas: 16 (36,4%) -VER QTS SÃO VAGAS INSTITUCIONAIS E QTS POR VONTADE PROPRIA
- Administração pública/ Governação: 13 (29,9%)
- Academia/ Investigação: 4 (9%)
- Assessoria: 2 (4,5%)
- Gestão: 2 (4,5%)
- Engenharia: 1 (2,3%)
- Direito/ Lei: 1 (2,3%)
- Medicina: 1 (2,3%)
- Ensino: 1 (2,3%)
- Estágio: 1 (2,3%)
- Desemprego: 1 (2,3%)

## Residência

É registado que no 7º CISEDE, a residência da maioria dos auditores é nos Açores. Nota-se também que a maioria dos residentes em Portugal Continental vivem em Lisboa. Há também dois auditores com residência no estrangeiro.

Que se verifique abaixo as localidades por número de auditor:

- **Açores:**
  - São Miguel: 24 (54,5%)
  - Terceira: 10 (22,7%)
  - Faial: 1 (2,3%)
  - Pico: 1 (2,3%)

- **Portugal Continental:**
  - Lisboa: 4 (9%)
  - Porto (Matosinhos): 1 (2,3%)
  - Setúbal (Corroios): 1 (2,3%)
  
- **Estrangeiro:**
  - Brasil (Distrito Federal): 1 (2,3%)
  - França (Paris): 1 (2,3%)

## Regime e local de frequência do curso

Por fim, esta secção delinea quantos auditores irão assistir ao curso por regime presencial e online e onde o farão.

Número de auditores por regime de frequência:

- Presencial: 20 (45,5%)
- Online: 24 (55,5%)

Número de auditores por local de frequência:

- São Miguel: 28 (63,6%)
- Terceira: 14 (31,8%)
- Faial: 2 (4,6%)
- Pico: 1 (2,3%)

## **Anexo 5) Guia da Alocação da Sessão Inicial do Curso de Defesa Nacional 2020/2021**



### **SESSÃO INICIAL do CURSO DE DEFESA NACIONAL 2020/2021**

#### **GUIÃO**

**CONFIRMAR QUE MICROS ESTÃO DESLIGADOS**

**CONFIRMAR QUE MEMBROS DA MESA DE HONRA ESTÃO PRESENTES ONLINE / AUDITÓRIO 1**

**15H30**

VAI DAR-SE INICIO À SESSÃO INICIAL DO CURSO DE DEFESA NACIONAL 2021/22.

A DIRETORA DO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL, PROFESSORA DOUTORA HELENA CARREIRAS VAI USAR DA PALAVRA.

**(AGUARDAR ALOCUÇÃO DA EXMA. DIRETORA DO IDN)**

DIRETORA DO CURSO DE DEFESA NACIONAL, PROFESSORA DOUTORA ISABEL NUNES VAI USAR DA PALAVRA.

**(AGUARDAR ALOCUÇÃO DA DIRETORA DO CDN)**

**(INTERVENÇÃO DOS SUBDIRETORES DO CDN)**

IREMOS AGORA FAZER A CHAMADA DE CADA AUDITOR, POR ORDEM ALFABÉTICA DE APELIDO. SOLICITAMOS QUE SE APRESENTEM SUCINTAMENTE.

**(FAZER A CHAMADA DE CADA AUDITOR DO CDN 21/22 QUE SE APRESENTA DE SEGUIDA)**

IREMOS REALIZAR UM FOTOGRAFIA DE GRUPO. AGRADECEMOS QUE SIGAM AS ORIENTAÇÕES QUE VÃO SER DADAS.

**(FOTOGRAFIA DE GRUPO)**

AGRADECEMOS QUE RETOMEM OS RESPETIVOS LUGARES. VAMOS RETOMAR A SESSÃO INICIAL.

**(AGUARDAR INDICAÇÃO DA EXMA. DIRETORA DO CDN PARA ENCERRAR A SESSÃO)**

EM NOME DA DIRETORA DO CURSO DE DEFESA NACIONAL, PROFESSORA DOUTORA ISABEL NUNES DECLARA-SE ENCERRADA A SESSÃO.